



AS  
A

## Ata Número Quinze

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dezassete horas e trinta e oito minutos, reuniu ordinariamente, na Sede do Rancho Folclórico Flores de Serpins, freguesia de Serpins, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:

- 1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira;
- 2 - Apreciação e votação da proposta da prestação de contas individuais do Município relativas ao ano financeiro de 2023;
- 3 - Apreciação e votação da proposta de autorização de repartição dos encargos associados à contratação do empréstimo a médio e longo prazos no montante de EUR: 481.785.03 €, destinado a financiar o investimento elegível não participado dos prejuízos causados pelas cheias e inundações de janeiro de 2023 ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros nº 12-B/2023, de 12 de janeiro" – retificação da ordem de trabalhos e da ata da sessão da assembleia municipal de 21-02-2024;
- 4 - Designação de um Presidente de Junta de Freguesia eleito, em assembleia municipal, em representação das freguesias do município, de acordo com o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 23/2019 de 30 de janeiro, a fim de integrar o Conselho Municipal de Saúde;

**A Senhora Presidente da Mesa** deu início aos trabalhos começando por apresentar cumprimentos ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** e restante Executivo, Senhores membros da Assembleia Municipal, público presente, realçando a forte adesão por parte dos cidadãos a esta sessão



da assembleia, trabalhadores da autarquia e Comunicação Social. Informou que a assembleia reunia de forma descentralizada, como forma de retomar as boas práticas, agradecendo à Direção do Rancho Folclórico Flores de Serpins, na pessoa da Senhora Presidente, Tércia Marques, pela cedência do espaço. Apresentou, igualmente, cumprimentos com particular destaque ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serpins** que recebe a Assembleia Municipal "em sua casa", agradecendo a forma calorosa como acolhe este órgão, em Serpins. Agradeceu, ainda, às Educadoras de Infância e às crianças do Jardim de Infância de Serpins, pelos trabalhos realizados em evocação ao 25 de Abril, e onde será entregue um cravo a cada um, no final dos trabalhos e, agradeceu, também, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** pela oferta de uma coleção de postais alusivos aos 50 anos do 25 de Abril, distribuídos a todos. -----

**CHAMADA:** -----

Feita a chamada, verificou-se a ausência de Nelson Lopes, que justificou a falta e foi substituído por Isabel Seco, que justificou a falta e foi substituída por António José Rodrigues, que justificou a falta e foi substituído por Sara Antunes, do Partido Socialista; a ausência de Maria Antunes, que justificou a falta e foi substituída por Paulo Correia, que justificou a falta e foi substituído por António Carvalho, Daniela Guerreiro, que justificou a falta e foi substituída por Susana Barata, que justificou a falta e foi substituída por Rui Morais, e Carolina Cabral Henriques, que justificou a falta e foi substituída por Jorge Pratas, que justificou a falta e foi substituído por Daniela Santos, do Grupo Municipal "É HORA DE MUDAR" COLIGAÇÃO PPD/PSD – CDS/PP. -----

**A Senhora Presidente da Mesa** deu conhecimento de que a Senhora Vereadora do Executivo Municipal **Ana Paula Sançana** do PSD, faltou justificadamente, por motivos de ordem pessoal, não podendo estar presente nesta assembleia. -----

Handwritten notes in blue ink, including a signature and some illegible scribbles.

**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

**A Senhora Presidente da Mesa** deu conhecimento de três inscrições de cidadãos para usar da palavra neste período, que fizeram previamente a respetiva inscrição e preenchimento da declaração de consentimento, nos termos do RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados. -----

**Inscrições:** Casimiro Soares Simões, António José Ferreira e Jorge João Henriques Baeta. -----

1. **Casimiro Soares Simões** interveio dizendo ao plenário que pretendia apresentar uma saudação, um convite e um apelo. Deu conhecimento a todos de que um grupo de cidadãos com ligações à Serra da Lousã, criaram a São Lourenço – Associação de Naturais e Amigos da Silveira de Cima, Silveira de Baixo, Salgueiro e Pé da Lomba. Informou que no dia vinte e sete de março, os sócios da coletividade presidida pela Professora Filomena Martins elegeram os órgãos sociais. Apresentou uma saudação democrática para um convite e um apelo. Referiu-se ao livro de Adriano José de Carvalho, em defesa dos baldios e relativo ao Regime Florestal em Serpins, dizendo tratar-se de uma obra com relevância científica, social e humana, com vista a reenquadrar problemas para os quais não há solução no momento, que são as alterações climáticas, as relações humanas desiguais e pouca possibilidade de as pessoas cooperarem para produzir, conservar e melhorar um lugar ao qual pertencem, onde prevalece a luta pela degradação das propriedades comunitárias da Serra da Lousã, incluindo nascentes, ribeiras e caminhos públicos. Afirmou que Portugal teve oportunidade de novos momentos de esperança de liberdade e progresso, mas, também, de exigência relativamente às ações com intervenção das autarquias, designadamente ao nível da equidade e igualdade democrática, da transparência e da participação. Referiu que os baldios de Serpins, são geridos pela Comunidade Local dos Baldios da Freguesia de Serpins, que representa os interesses da comunidade local e promove a gestão sustentável dos recursos naturais. A associação trabalha em estreita colaboração com as autoridades locais e outras organizações não governamentais, visando a preservação da biodiversidade e a promoção do

ATX  
J  
gr



desenvolvimento rural. Relativamente ao convite, disse que a São Lourenço convida para a assinatura do Acordo de Geminação Cultural entre a reserva indígena do Rio Silveira, no Brasil e a comunidade das faveiras, na Serra da Lousã, para um estreitar de laços fraternais entre as duas margens do atlântico com diferentes culturas ancestrais, mas que falam a mesma língua. Informou que a referida assinatura de Acordo de Geminação Cultural, terá lugar no dia quinze do mês de junho, pelas doze horas, na Silveira de Baixo, no âmbito do Encontro Diásporas Mil da Serra da Lousã e que inclui um espetáculo de música, dança e poesia com um grupo de indígenas brasileiras do Rio Silveira. Informou, também, que no período da manhã, haverá uma caminhada da Revolução dos Cravos, sob o lema: "a liberdade está a passar por aqui." Reiterou que o convite é dirigido a todos na qualidade de autarcas que respondem pela população que os elegeram. Apelou ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** recordando que no ano de dois mil e treze, o Executivo e a Assembleia Municipal aprovaram a versão final da 1ª revisão do Plano Diretor Municipal da Lousã, adiante designado por PDM, onde a lista de aglomerados contemplava oito aldeias de xisto na Serra da Lousã: Candal, Casal Novo, Catarredor, Cerdeira, Chiqueiro, Talasnal, Vaqueirinho e Silveira de Baixo. Entretanto, a Câmara Municipal aprovou a conclusão do processo de classificação das aldeias do xisto com um conjunto de interesse municipal, entendendo por bem, nesta lista, só figurarem cinco dos oito lugares considerados pelo PDM. A destarte, solicitou explicações sobre a mudança drástica de não interesse das outras três aldeias, a saber: Catarredor, Vaqueirinho e Silveira de Baixo, sem pretender incluir o Franco de Baixo e o Franco de Cima, que estão esquecidos, disse. Referiu a especulação imobiliária e de um processo privado muito questionável. Afirmou que Silveirenses radicados no Brasil há mais de cinquenta anos, muito indignados, contactaram a recente associação para saber como recuperar as suas casas e valorizar os imóveis rústicos, entre parcelas florestais e terras de cultivo. Disse que têm vindo notícias sucessivas no jornal O Trevim e nas redes sociais sobre os problemas das Silveiras e mencionou o recente acordo entre uma firma do Concelho de Góis e de uma empresa imobiliária, tendo esta parte cento e trinta mil euros pela madeira ainda de pé, numa vasta área da

AX  
af  
gr



Serra da Lousã, entre a Capela de S. Lourenço e a EN 236. Nesta área estão incluídas propriedades de vários privados que alguns são associados ao S. Lourenço. No seu entendimento, a Câmara Municipal deve apoiar as famílias das Silveiras emigradas nos Estados Unidos e no Brasil, existem interesses legítimos a salvaguardar a estas populações que em momentos de ditadura foram forçados a deixar a sua terra. Deu conhecimento de que um dos acessos públicos às Silveiras foi encerrado por um privado, e, entretanto, a São Lourenço denunciou a situação, tendo uma equipa da Câmara Municipal se deslocado ao local, acompanhada pela Guarda Nacional Republicana, entretanto, foi repostada pelos membros ocupantes, com a colocação de uma placa a indicar que a estrada é privada, tendo sido um antigo caminho melhorado. Adiantou que várias pessoas nos últimos meses se têm pronunciado publicamente nesta matéria, designadamente António Marçal, Filomena Martins, Aristides Adão e que ele próprio, também, acompanhou estas obras há muitos anos. Disse que urge impedir o avançar destas manobras e que está em causa a imagem do concelho. Disse ser justo enfatizar o esforço da Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho em defesa do interesse público, e que aguarda, entretanto, desenvolvimentos, decorrente da queixa apresentada no ano passado ao Ministério Público pelas práticas de crimes ambientais junto ao ribeiro na Silveira de Baixo. Apelou aos eleitos presentes e particularmente ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** e ao **Senhor Vereador Ricardo Fernandes** que têm acompanhado o processo, que sejam firmes nos deveres de serviço público. Lançou um desafio aos autarcas membros da assembleia e executivo a dizer: citando: *"a escassas horas do Dia da Liberdade, a Associação de São Lourenço pergunta a todos: estão disponíveis para acabar com este ataque à boa paz e à memória de tantos Lousanenses que durante o fascismo tiveram de deixar as suas terras? Ou querem, por inação, ficar associados a este descalabro que envergonha a Lousã e a Democracia Local. Viva a Liberdade. Viva o 25 de Abril."* Esta intervenção foi aclamada pelo público presente.-----

2. **António José Ferreira** interveio começando por se referir à extensa área de hectares dos baldios de Serpins e exaltou o facto de ter sido possível votar a liberdade, após o 25 de Abril, através de lei publicada no ano de mil novecentos

AX  
cy  
a



e setenta e seis, devolvendo aos legítimos proprietários os seus territórios, até aí na posse do Estado Novo. Disse que no ano de dois mil e vinte e um, a Junta de Freguesia de Serpins, fez a legalização do património para a sua posse e gestão. Questionou o Executivo Municipal a razão pela qual após três anos desta legalização e da posse pela atual direção dos baldios de Serpins, da qual faz parte, não ter sido passado na totalidade o património aos seus donos. Disse tratar-se de artigos rústicos que ainda só passaram para a posse da comunidade cerca de catorzes, embora em área significativa. Reiterou o pedido à Câmara Municipal para que delibere, de uma vez por todas, entregar à comunidade de Serpins o que herdou dos seus antepassados e que bastante luta tiveram para manter, os baldios, com tantos sacrifícios. Seguidamente, fez uma chamada de atenção à Câmara Municipal da Lousã, recordando que já colocou a questão em anterior assembleia municipal descentralizada, mas que até ao momento, ainda não foi resolvida e que diz respeito aos limites administrativos que separam a ex freguesia de Vilarinho, agora Lousã e Vilarinho, com a freguesia de Serpins. Afirmou que os limites estão errados e que não respeitam o passado, nem o esforço que as pessoas tiveram trazendo com isso danos morais, patrimoniais/financeiros e cívicos. A concluir, apelou à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia que estão ligadas a este problema, o contributo de resolverem esta situação. Recordou que na sua anterior intervenção, em sessão descentralizada, há anos, foi-lhe dito que a questão era da alçada da Junta de Freguesia que, todavia, quer no anterior, quer no presente mandato, nada fizeram, até ao momento.-----

3. **Jorge João Henriques Baeta**, na qualidade de Presidente dos Baldios de Serpins, dirigiu-se ao Senhor Vereador do Pelouro do Executivo Municipal, **Ricardo Fernandes** dando conhecimento de que por iniciativa de um número de partes, foi executado um memorial encontrando-se em fase de acabamento, no Baldio da Mata do Sobral, que tem a ver com uma efeméride já referida relativamente ao movimento florestal 1909/1910. Deu conhecimento de que a estrada de acesso ao local se encontra em muito mau estado de conservação, informando que já trocou impressões com a Senhora Eng<sup>a</sup> Lucília Mota, responsável pelo ICNF da região da Lousã, no sentido de averiguar de

AS  
ab  
g



quem é a responsabilidade da referida estrada ao que lhe foi dito ser da Câmara Municipal, uma vez que se trata de um caminho municipal. Ainda assim, comprometeu-se a uma participação para o efeito e que se reporta a umas camadas de tout-venant ou sarrisca e compactação, a fim de tapar os buracos que a estrada tem e dessa forma permitir um melhor acesso ao local. Perguntou se o Senhor Vereador já foi instado sobre este assunto e deixou o apelo de pedido de ajuda para esta reparação/melhoria, em articulação com o ICNF Lousã e à Junta de Freguesia. Deu nota de que, como está prevista a inauguração do mencionado memorial, pretendia que a deslocação das pessoas ao local, pudesse ser feita, também, por via automóvel e não apenas a pé ou em bicicleta, motivo pelo qual solicitava a melhoria do piso desta via.

-----  
**A Senhora Presidente da Mesa**, retomando a palavra agradeceu as intervenções dos cidadãos inscritos e convidou o **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, a prestar os esclarecimentos tidos por convenientes.-----

-----  
**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** interveio, a fim de prestar as informações e pedidos de esclarecimentos/observações, decorrentes das intervenções dos referidos cidadãos. Começou protocolarmente por apresentar cumprimentos a todos os presentes. Relativamente à intervenção do Sr. Casimiro Simões, afirmou que a Câmara Municipal está disponível e interessada em estabelecer diálogo e promover a concordância entre as partes e tomou em boa nota o convite endereçado ao Executivo Municipal. Relativamente à intermediação para a promoção do diálogo, tal como referido, afirmou que as situações de reivindicação de propriedades rústicas ou não, são do domínio privado, entre entidades e pessoas. Recordou que em relação à aldeia da Silveira de Baixo, a Câmara Municipal é parceira institucional de uma entidade privada, bem como outras entidades públicas e privadas. Sobre os caminhos públicos e acesso a outros bens públicos, informou que a Câmara Municipal tomou conhecimento através da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, que por sua vez tinha sido instada pela Associação São Lourenço, aqui representada pelo Sr. Casimiro Simões e desenvolveu a ação

to  
af  
a



que foi entendida como adequada relativamente à informação recolhida. Relativamente à água, no que diz respeito ao acesso e domínio à fonte a nascente, informou que existem diligências já efetuadas pela Câmara Municipal, com a Agência Portuguesa do Ambiente – APA. Informou que as questões a avaliar por parte da Câmara Municipal sobre o eventual desenvolvimento do projeto físico e urbanístico que venha a ser concretizado na Silveira de Baixo terá de ser de acordo com os instrumentos de gestão urbanística em vigor, ou seja, o PDM e, ainda, terá de contemplar o parecer de outras entidades. Sobre associações entre entidades referidas, a Câmara Municipal teve conhecimento apenas de uma, através da Comunicação Social. Sobre o negócio, em termos de aquisição de propriedade e com expressão pública, esclareceu foi feito entre o promotor e a instituição ARCIL, como pensa ser do conhecimento de toda a assembleia. Sobre a não classificação das aldeias da Silveira, Catarredor e Vaqueirinho, sem prejuízo de ser apresentada mais alguma informação, esclareceu que se trata de um processo de cinco aldeias de xisto, que foi submetido a discussão pública e a opção tomada foi com base em um conjunto de características destes aglomerados. Ao Sr. António Ferreira, que colocou duas questões distintas: uma que diz respeito à formalização das propriedades ainda não transferidas para o domínio da comunidade dos Baldios de Serpins, à qual respondeu dizendo que reforçando as suas palavras, a Câmara Municipal já transferiu catorze propriedades com uma área de expressão significativa, resta a disponibilidade política e conclusão da análise que está a ser desenvolvida pelos técnicos para a concretização das restantes. Afirmou que a Câmara Municipal continua a ter a disponibilidade e o interesse de poder formalizar e ir ao encontro da vontade da comunidade dos Baldios de Serpins relativamente à formalização desta transferência de propriedade. Quanto à situação dos limites das freguesias, informou que o processo envolve vários fatores, mas que de momento não dispõe de informação atualizada para partilhar, pelo que tomou nota da questão, a fim de recolher informação atualizada deste assunto e, posteriormente, ser-lhe-á transmitida. Ao Senhor Presidente da comunidade dos Baldios de Serpins, Jorge Baeta, deu conhecimento que, pessoalmente, teve

AGX  
4  
gr





oportunidade de verificar o estado da via a que se referia, bem como o desenvolvimento dos trabalhos de execução do memorial relevando como sendo uma boa iniciativa a valorizar o espaço que integra, para além do significado histórico de que o mesmo se reveste. Confirmou que a Câmara Municipal está disponível para colaborar, muito embora, no seu entendimento, a responsabilidade seja do ICNF e não da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia, todavia, e independentemente dessas questões, será prestada a articulação conjunta.-----

AA  
af  
@

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

**VOTAÇÃO DA ATA:**-----

Colocada à votação a ata da sessão ordinária número catorze, realizada no dia vinte e um do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, foi aprovada por unanimidade pelos deputados que estiveram presentes, não tendo participado na votação os membros que dela não fizeram parte.-----

**CORRESPONDÊNCIA:**-----

**A Senhora Presidente da Mesa** passou a dar conhecimento aos membros da Assembleia Municipal de toda a correspondência rececionada pela Mesa, desde a última sessão ordinária de fevereiro, até ao momento:-----

**1** – No dia 29 de fevereiro foi recebida uma comunicação do Gabinete do Senhor Primeiro Ministro, relativa à moção: "Voto de condenação dos crimes contra civis perpetrados no território israelo-palestiniano e apelo à Paz", informando que deram a devida atenção;-----

**2** – No dia 1 de março, foi recebida uma comunicação do Senhor Chefe da Casal Civil do Presidente da República a acusar, igualmente, a receção do ofício da Assembleia Municipal, relativo à mesma moção, e à qual, informaram deram a melhor atenção;-----

**3** – No dia 28 de março, foi recebido um ofício do Senhor Presidente da Câmara Municipal a remeter o Relatório Anual 2023, referente ao Estatuto do Direito à



Oposição, informando que, entretanto, fará chegar a todos os membros da assembleia;-----

**4** – No dia 16 de abril, foi recebido um convite da CPCJ da Lousã, com uma informação de uma atividade – “Laço Azul Humano” que se irá realizar no dia 30 de abril, e que convida todos os membros da assembleia a participar no evento;-----

**5** – No dia 18 de abril recebeu um email da Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho, com uma informação relativa ao parecer da ANAFRE sobre o possível entendimento à participação dos Presidentes de Junta de Freguesia na votação e/ou participação da discussão de pontos de trabalho na Assembleia Municipal do seu interesse institucional, como por exemplo, os contratos interadministrativos, as adendas aos contratos da delegação de competências e, mais tarde, fez chegar um outro email a solicitar que o mesmo seja divulgado por todos os membros da assembleia.-----

**6** – Deu ainda nota que, de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal, deu entrada uma moção subscrita pelo Grupo Municipal “É HORA DE MUDAR” Coligação PPD/PSD – CDS/PP, intitulada: “Pelos Eleitos Locais – História, Estatuto e Lei de Finanças Locais.”-----

#### **MOÇÃO:** -----

Seguidamente, deu a palavra ao porta-voz do Grupo Municipal “É HORA DE MUDAR” Coligação PPD/PSD – CDS/PP, Sr. Deputado **Santinho Antunes**, a fim de defender a moção: “*Pelos Eleitos Locais – História, Estatuto e Lei de Finanças Locais.*”, dirigida à Mesa e da qual foi dada conhecimento a todos os membros da assembleia, nos termos previstos no Regimento Municipal.-----

**Santinho Antunes**, interveio começando por apresentar cumprimentos a todos, com especial deferência aos cidadãos presentes, dirigindo-lhes uma palavra de congratulação pelo facto de estarem presentes na sessão da Assembleia Municipal. Adiantou, ainda, que por uma questão de respeito pelo procedimento, não se iria pronunciar relativamente às questões enunciadas por cada um dos intervenientes do público. Dando continuidade à sua intervenção, fez a apresentação da supramencionada moção, citando: “O Grupo

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



Municipal, Coligação PPD/PSD- CDS/PP "É Hora De Mudar", vem através desta Moção evidenciar a importância dos Eleitos Locais, o que faz ainda mais sentido quando estamos a comemorar os 50 anos do 25 de Abril. Enquanto cidadãos temos a responsabilidade de defender e lembrar sempre Abril, mas enquanto eleitos temos a responsabilidade acrescida de o aprofundar. Certo é que existe um claro desfasamento entre as exigências que se impõem ao Eleito Local e os meios e condições que proporcionam aos mesmos. Não existirão autarcas motivados para exercer estas nobres funções se não se verificarem mudanças efetivas no Estatuto dos Eleitos Locais. Atendendo a que um novo Governo iniciou funções, importa pois interpelar o mesmo sobre a necessidade de revisão do referido Estatuto defendendo uma maior valorização dos Eleitos Locais, de forma a dignificar o seu papel e o exercício das suas funções, através da simplificação e compilação das leis, reduzindo o número de diplomas avulsos e clarificando as normas existentes, evitando a judicialização da política, e também revendo os vencimentos dos eleitos locais (executivo e membros de todas as assembleias) a carreira, entre outras questões relevantes. Torna-se ainda indispensável a aprovação de uma nova Lei de Finanças Locais que permita assegurar aos municípios um nível de financiamento em linha com a média dos seus congéneres europeus. Considera ainda o Grupo Municipal "É Hora de Mudar da Coligação PPD/PSD-CDS/PP" que ver Abril a partir das Autarquia Locais, é perceber que atrás de cada cidadão existe uma história, uma memória pessoal e coletiva, a qual deve ser respeitada e preservada, pelo que se propõe a implementação de um projeto coletivo de materializar a ambição coletiva que Abril nos permitiu ter, a Democracia e a Liberdade, num arquivo histórico digital, que permita a consulta – universal e gratuita – de toda a história da democracia na Lousã, e dos seus Eleitos Locais. Tal arquivo digital permitirá preservar e valorizar todo o espólio e dar relevância para memória futura de todo o trabalho desenvolvidos pelos Eleitos Locais, pois as relíquias da nossa história e da nossa memória, são importantíssimas para a promoção e o conhecimento do nosso passado e do nosso património, tanto a nível social, educativo ou económico, e assim dignificando Abril! Pelo que propõe: Atento

AA  
27  
9



o exposto o Grupo Municipal "É Hora de Mudar – Coligação do PPD/PSD-CDS/PP", propõe que a Assembleia Municipal de Lousã, delibere: -----

1 - Interpelar o Governo, na pessoa do Senhor Primeiro-Ministro Dr. Luís Montenegro, e da Senhora Ministra da Administração Interna, Dr.ª Margarida Blasco, para a necessidade urgente de Revisão do Estatutos dos Eleitos Locais e da Lei de Finanças Locais; -----

2 – Interpelar o Executivo para iniciar o processo de constituição de um arquivo digital histórico, que permita a consulta – universal e gratuita – de toda a história da democracia na Lousã, e dos seus Eleitos Locais, convidando a população e os órgãos de comunicação social a participar; -----

3 - Decidir enviar esta proposta a Sua Excelência o Presidente da República; ---

- Sr. Presidente da Assembleia da República;-----

- Senhor Primeiro-Ministro; -----

- Senhora Ministra da Administração Interna; -----

- Direção-Geral das Autarquias Locais;-----

- Presidente da Câmara Municipal da Lousã;-----

- Juntas e Assembleias de Freguesias da Lousã e Comunicação Social." -----

(Documento que se dá por integralmente transcrito, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, sob o nº 1 (um)).-----

**Inscrições:** Margarida Correia e João Santo. -----

**Margarida Correia**, interveio para afirmar, citando: "Em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, dizer que acompanharemos naturalmente a moção apresentada e que registamos a disponibilidade agora manifestará pelo grupo municipal do PDS para esta reivindicação que não é de hoje, como aliás é evidência a reivindicação junto da associação nacional de municípios. Uma nota para a segunda dimensão mencionada na moção relativa a criação do arquivo histórico, para dizer que em virtude de pedidos de colaboração anteriores, sabemos que existe já algum trabalho nesta matéria pelos serviços municipais e que isso não deve ser desconsiderado."-----

**João Santo**, após a apresentação de cumprimentos, afirmou que, relativamente à moção apresentada, havia tomado em boa nota e estava de acordo no que

Handwritten initials and a signature in blue ink.



concerne à existência e reforço dos poderes locais sendo possível aos responsáveis eleitos locais prosseguir o trabalho iniciado e, por isso, ser importante tentar encontrar ajudas no Poder Central, a fim de se dar continuidade ao processo com elevação e qualidade e que possa estar disponível a todos os/as cidadãos/ãs no país, neste sentido, asseverou que o Bloco de Esquerda, iria estar atento a esta moção.-----

Colocada à votação a Moção "Pelos Eleitos Locais – História, Estatuto e Lei de Finanças Locais.", foi aprovada por unanimidade quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros eleitos.-----

#### **INSCRIÇÕES PARA O PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

**Inscrições:** Presidente da Junta de Freguesia de Serpins, Paulo Simões, João Curvelo, João Santo, Marco Sequeira, Maria Fernanda da Franca, Sara Antunes, Rui Morais, Presidente da Junta de Freguesia de Louçã e Vilarinho, Helena Correia, António José Gonçalves, Patrícia Ramalheiro, Sérgio Pedroso, Pedro Santos, Santinho Antunes e Joel Fernandes.-----

**Presidente da Junta de Freguesia de Serpins, Paulo Simões**, saudou a todos os presentes sentindo-se honrado em receber a Assembleia Municipal e público presente na freguesia de Serpins, numa data que antecede os 50 anos do 25 de Abril de 1974. Afirmou que a Revolução dos Cravos, foi um acontecimento histórico e político que permitiu sair de uma vida miserável e criar melhores condições, tais como: a educação, saúde e proteção social. Todavia, referindo-se à atual situação do mundo e do país, disse merecer por parte de todos uma reflexão pelos tempos que se vivem. Fez, também, uma alusão às recentes eleições legislativas e ao aumento de votos na extrema-direita que não vão ao encontro dos valores de Abril. Disse ser um sinal de alerta que todos têm de continuar a defender a democracia como uma sociedade livre com possibilidade de opção, opinião e oportunidades iguais para todos, independentemente das suas origens, estrato social ou convicções. Dirigindo-se à **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** reiterou o seu agradecimento e disse registar com muito agrado a continuação das assembleias



descentralizadas. Dirigiu-se ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** e restante Executivo para afirmar que tem valido a pena o enorme esforço e trabalho, em um momento extremamente difícil para todos. Afirmou estar consciente do muito trabalho que está por fazer, e que nunca agradecerão a todos, mas, por outro lado, salientou que não haverá ninguém que fará tudo. Declarou não haver falta de empenho, determinação e compromisso quer do Executivo Municipal, quer da Junta de Freguesia de Serpins. Fez uma referência às obras e iniciativas que demonstram bem o empenho mútuo em estreita colaboração com a Câmara Municipal e sem a qual seria impossível concretizar. Deu como exemplo, intervenções em execução, destacando entre uma longa listagem: a obra de requalificação do mercado, requalificação da EM 224 até ao Forcado, estrada de EM 342-3 Casal de S. Miguel – Fundação D. Manuel, Condomínios de Aldeia, Casal de S. Miguel – Quatro-Águas, continuidade e reforço das caixas de proteção em estradas municipais, continuidade da limpeza das estradas florestais dando o melhoramento e a continuidade possível, candidatura lançada no âmbito do 1º Direito, para habitação social, arranjos no largo da Senhora da Graça, instalação do Parque Biomassa – projeto piloto, Contrato Interadministrativo, reforço, onde reiterou a necessidade de mais verbas para as juntas de freguesia, sem que seja a autarquia a abdicar do seu próprio orçamento. Referiu, também, a delegação de competência, melhoria de abastecimento de água em vários pontos da freguesia, organização de vários eventos culturais, recreativos, desportivos e apoio ao nível da educação. Concluiu a sua extensa intervenção agradecendo à Câmara Municipal da Louçã, na pessoa do seu Presidente e restante Executivo, toda a colaboração prestada para a execução e concretização do trabalho executado a fim de conceder melhores condições de vida aos Serpinenses e à freguesia de Serpins.-----

**João Curvelo**, interveio para questionar se as obras de intervenção na EM 552 estão a decorrer ao ritmo previsto, uma vez que teve conhecimento que a Câmara Municipal comunicou que a obra seria concluída no prazo de duas semanas. Seguidamente, deu nota de que as obras do MetroBus afetaram negativamente a zona da Estação de forma permanente, quando se pensava



que seria uma questão temporária. Manifestou o seu desagrado pela atual situação, uma vez que se trata de uma estrada de acesso à Vila da Lousã e que, por isso, deveria ter tido alguma celeridade na beneficiação, perguntou, ainda, por quanto tempo mais permanecerá naquele estado. -----

**João Santo**, usou da palavra a fim de chamar a atenção para uma situação pela qual tem sido abordado e que diz respeito à sinalização horizontal da EN 236 entre a Ponte Velha – Lousã. Seguidamente, referiu-se à questão antes referida relativamente aos limites entre as freguesias de Serpins e Lousã e Vilarinho, à qual o **Senhor Presidente** se comprometeu a atualizar informação, pelo que reiterou a importância deste assunto, para que não fique esquecido, uma vez que já foi levantado há algum tempo e até hoje não houve qualquer consequência. Sublinhou esta importância especialmente para as pessoas que têm as suas propriedades nestes limites. -----

**Marco Sequeira**, interveio saudando a todos e começando por se referir à Revolução dos Cravos relevando as vitórias alcançadas em democracia, desde logo o Poder Local Democrata. Afirmou que o facto de os cidadãos terem o poder de escolher quem os quer governar a nível Local é uma vitória de todos e, concomitantemente uma grande responsabilidade para os eleitos locais. Deu alguns dos múltiplos exemplos de grande mudança na sociedade, tais como: realçando a Saúde, onde todos são tratados de igual forma sem se questionar se têm dinheiro ou seguro de saúde para determinado tratamento. Na Educação, onde houve uma autêntica revolução, dando como exemplo o facto de que no início dos anos 70, a taxa de analfabetismo ser superior a 25% e agora estar-se perto dos 3%. No Ensino Superior da época que era frequentado por cerca de 15% da população, mas, também, na garantia de liberdades e direitos. Frisou que hoje, as mulheres não são escravas do lar, trabalham e são aquilo que elas quiserem ser. Disse que agora, todos têm o direito de escolher o parceiro ou parceira com quem querem casar não estando em causa o género, o que significa que existem clara e inequivocamente melhores condições. Realçou que a história não deve ser omitida, e não se pode esquecer o que os avós passaram e a infância dos pais pelo que não deverá ser permitido o regresso ao passado. Neste contexto

AGX  
ch  
Ag



realçou o programa dos 50 anos do 25 de Abril promovido pelo Município da Lousã. Recordou que este programa decorrerá até ao final do ano corrente com iniciativas culturais, cívicas e desportivas envolvendo toda a comunidade de todas as idades. Realçou de entre todas as iniciativas, a tertúlia "Valores do 25 de Abril – o futuro da política aos olhos dos jovens", que ocorreu no passado dia 22 com elevada afluência, e o evento, a ter lugar no próximo dia 26, "todos à manif" que será uma recriação do 25 de Abril realizada por alunos da escola da Lousã e que contará com a participação de duas mil pessoas. Concluiu afirmando que estão todos convocados a participar nestas comemorações a fim de honrar o legado deixado por Abril de 74. -----

**Maria Fernanda da Franca**, interveio começando por afirmar que dada a aproximação do verão pretendia questionar sobre a Estratégia de combate a incêndios Florestais no Município da Lousã. Citando: "O Centro de formação especializado em incêndios Florestais na Lousã foi criado a 1 de Março de 2024 pela Escola Nacional de Bombeiros. No dia 19 de Março no âmbito do projeto Europeu FIRE-RES foi efetuada uma ação. Relativamente ao Município da Lousã e dada a proximidade da época dos incêndios qual a estratégia programada com os Bombeiros Municipais para o combate a este flagelo. É uma área de grande importância a nível de povoamentos, de pessoas, bens e de apoio aos Bombeiros na sua árdua tarefa. Não é só serem chamados "Soldados da Paz, mas, também temos que dar condições." Aproveitou, ainda, a oportunidade para fazer uma referência ao trânsito na variante a Foz de Arouce, solicitando ao **Senhor Presidente da Câmara** que envidasse todos os esforços para que este assunto fosse resolvido. Por último, e reportando-se à passada sessão da assembleia municipal de fevereiro do corrente ano, recordou que o Sr. Yan Droppers fez uma intervenção no período do público, informando o **Senhor Presidente da Câmara** que solicitou o Regulamento Municipal dos Espaços Verdes em Meio Urbano, tendo-lhe sido informado que desconhecia tal regulamento e que o Vereador do Pelouro, também, não tinha conhecimento. Lamentou o facto de a Câmara Municipal não dar resposta aos pedidos efetuados pelas pessoas e recordou que o **Senhor Presidente** disse, citando: "Comprometeu-se a contactar o cidadão e fornecer os elementos necessários,





até porque a Câmara Municipal tem todo o interesse em fazer essa articulação para verificar essas formas de atuação." Assim sendo, solicitou que, também, lhes fosse facultado o referido documento. Citando: "Como não tem conhecimento, também não terá conhecimento que a 23 de maio de 2022, foi enviado, à Câmara Municipal um documento com cerca de doze páginas, pela bancada do PSD, com o nosso modesto contributo para a execução do regulamento de Gestão de Povoamentos Arbóreos e Arbustivos dos Espaços Verdes do Município da Lousã. Agradecia que nos fosse facultado também, já que não temos conhecimento e demos o nosso contributo e se possível enviar aos Presidentes das Freguesias da Lousã. Ficamos sensibilizados com este pedido face ao interesse do mesmo e outros pais de melhorar e embelezar os espaços escolares. Vou citar: "- pretende melhorar física e psicologicamente o ambiente para as crianças." Eu acrescento, uma maneira didática para as crianças terem intervenção e olhar a Natureza de uma outra vertente como aprendizagem e respeito pela Natureza."-----

**Sara Antunes**, usou da palavra e após a apresentação de cumprimentos disse, citando: "Destaco o 24º Aniversário da associação Activar, realizado no dia um de março, através de um concerto que trouxe à Lousã a artista, Ana Lua Caiano. Esta associação, criada na Lousã a vinte e três do mês de fevereiro do ano de dois mil, é uma associação que intervém na comunidade desenvolvendo projetos de carácter social e cultural diversos, nas áreas da infância, juventude, desenvolvimento social, desporto e turismo de natureza. Como esta associação e outras mais que intervêm no concelho e, que desenvolvem um importante papel na nossa sociedade na preservação e divulgação do património cultural imaterial da Lousã e no dinamismo económico que isto implica, realço o investimento da autarquia nas Associações Culturais e Recreativas do concelho. É reconhecido por todos a importante função de dinamização cultural que desempenham, contribuindo, assim, para a coesão social. Por esta razão o município da Lousã para além do apoio institucional e logístico que desenvolve em parceria com as Associações, veio reforçar o apoio financeiro atribuído a estas entidades. Falamos de um aumento do investimento para 67.850 mil euros, isto é, cerca de mais de cinco

ASX  
 [Handwritten signature]



*mil euros em relação ao ano de dois mil e vinte e três, valor destinado às atividades regulares destas associações e a custos com transportes, apoios essenciais para que estas entidades continuem a conseguir realizar as suas atividades regulares."-----*

**Rui Morais**, tomou a palavra começando por cumprimentar a todos. Seguidamente destacou uma fotografia dos Paços do Concelho, retirado ao conjunto de fotografias que foi distribuído por todos, alusivas aos 50 Anos do 25 de Abril, dizendo que mostra as janelas do edifício tal como deveriam estar. Seguidamente e no seguimento da intervenção de Marco Sequeira deu nota de que se realizou na Escola Secundária da Lousã uma tertúlia alusiva ao 25 de Abril com os representantes da juventude, consigo enquanto representante do PSD, Henrique Duarte do PS, Marcelo Leitão do Bloco de Esquerda e Catarina Albuquerque, pela CDU. Deixou uma nota de "pseudo agradecimento" pelo trabalho que foi desenvolvido pela Associação de Estudantes para homenagear o Presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária da Lousã, Rodrigo Soares, bem como toda a equipa integrante. Deu nota de que no fim da tertúlia, foi abordado por alguns estudantes, colegas da Escola Secundária da Lousã, que o questionaram de forma estupefacta pelo facto de ele ter dito aquando da sua intervenção de que deveriam ser interventivos e ativos nas Assembleia Municipais, dizendo que isto se deve ao facto do PS continuar a insistir em não divulgar através de gravação as referidas sessões, citando: *"depois dos 50 anos do 25 de Abril continuamos a vedar o acesso à participação cívica, à participação política em que a nossa juventude poderia estar aqui hoje, não presencialmente, mas via Facebook e não está por mero capricho do Partido Socialista. Amanhã fazemos a comemoração da Revolução dos Cravos. Queria deixar esta nota, lamento que esta Assembleia Municipal, talvez que a bancada do PS reconsidere a sua posição, e que deixe de reprovar esta proposta que tem sido várias vezes alvo de intervenção pela nossa bancada. Deixo, ainda, uma nota ao Sr. Deputado **Marco Aurélio Sequeira**, analisando uma das entrevistas dadas por Sua Excelência o Presidente da República Ramalho Eanes, nós temos que perceber e estudar aqueles que foram os últimos 50 anos e perceber se é este o caminho que nós*

ASX  
ad  
G



queremos continuar, porque na Saúde, temos cada vez mais portugueses com um seguro de saúde, porque o SNS é incapaz de responder às necessidades dos portugueses e na educação, temos alunos que ano, após ano letivo ficaram sem professores. Portanto, uma vez mais é importante nós olharmos para os 50 anos que tivemos em democracia e perceber se é este o caminho que queremos continuar a caminhar para os próximos 50 anos. Viva Abril de 74! Viva novembro de 75 e Viva, também Abril de 76 e setembro de 82!"-----

**Presidente da Junta de Freguesia de Louçã e Vilarinho, Helena Correia**, tomou a palavra começando por reiterar a informação antes prestada pela **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** dando nota de que remeteu o parecer da ANAFRE relativo ao impedimento dos Presidentes de Junta, de apreciarem, discutirem e votarem nas Assembleias Municipais, nomeadamente em propostas que impliquem a transferência de verbas para a sua freguesia, através, por exemplo, de contratos interadministrativos ou atribuição de apoios, com exceção do previsto no orçamento municipal e deste ser dado conhecimento a todos os membros com assento na Assembleia Municipal. ---

**António José Gonçalves**, saudou a todos e afirmou que, citando: "estamos em Serpins, uma freguesia com vida própria, quase independente da Sede do Concelho." Enunciou os serviços culturais, recreativos e de serviço público de que a freguesia dispõe, não esquecendo a maior unidade empregadora do concelho, e por esse motivo parabenizou a freguesia de Serpins. Aproveitou a oportunidade para dar conhecimento a todos que se está a proceder à limpeza com a remoção de entulho da Fábrica do Papel, sem qualquer apoio quer por parte da Junta de Freguesia de Serpins, quer da Câmara Municipal da Louçã que, inclusivamente, "deveria lá ter interesses". Em seguida, deixou um conjunto de perguntas endereçadas ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** começando por questionar qual a razão pela qual o projeto Aqualousã não está a ser cumprido; contestou o facto de as praias fluviais serem reabertas sem qualquer vigilância, considerando esse procedimento um erro e a destarte, aproveitou para afirmar que, também, e na Louçã, foi um erro crasso substituir os paralelos, na Rua do Comércio e adjacentes, por uma placas de pedra que estão permanentemente a ser partidas; se está prevista uma intervenção

AGX  
 JH  
 JM



regressando ao piso de paralelos; para quando está prevista a intervenção no cruzamento das farmácias; Referiu uma situação que, segundo o seu entendimento, é bastante grave, tanto mais porque o **Senhor Presidente da Câmara** foi alertado para o facto e, do mesmo modo que ele próprio fez uma chamada de atenção para a necessidade urgente de se cortar a árvore freixo, no lugar do Freixo, deixou uma nota em relação a outras árvores que estavam igualmente em perigosidade. Afirmou que no dia cinco de abril caiu em cima de um carro, um ramo de árvore na Alameda Carlos Reis causando prejuízos, pelo que perguntou quem os vai pagar. Disse que os plátanos foram podados, todavia os dois carvalhos à entrada, não foram podados, tratando-se de uma situação, sob o seu ponto de vista, bastante grave. Criticou o facto deste assunto não ter merecido ser notícia no jornal O Trevim e, citando: "*quando eu fotografei parece que fui intimidado pelos funcionários da Câmara Municipal para não tirar fotografias.*" Fez menção à colocação de rails de proteção na EN 342, a fim de impedir o estacionamento em frente à área de serviço, e a estrada foi pintada, recordou que esta foi uma proposta da sua bancada, a fim do **Senhor Presidente da Câmara Municipal** fazer pressão junto das Infraestruturas de Portugal, adiante designadas por IP. Questionou sobre a previsão do início das obras da estrada da Senhora da Piedade, se a situação da Sede do Clube Recreativo Vilarinhense já está regularizada, se o problema da Quinta das Nogueira já está resolvido e como é que está a situação do Cabril. Sugeriu que a Câmara Municipal comprasse a casa e terrenos adjacentes, sita na Avenida do Brasil e afirmou que as viaturas Renault 4L propriedade do Município já não dão resposta à frota da Câmara Municipal. A concluir disse, citando: "*é muito desproporcionado esta inauguração das intervenções na Avenida Dr. José Maria Cardoso e 1º de Dezembro, nas comemorações do 25 de Abril.*"-----

**Patrícia Ramalheiro** interveio após a apresentação de cumprimentos para dizer o seguinte, citando: "*O trabalho na educação de crianças e jovens só é possível mediante a participação ativa de todos os seus agentes e é de facto de primordial importância a sua total envolvimento e cooperação. A rede que se estabelece entre a Câmara Municipal da Lousã e o Agrupamento de Escolas*

Handwritten notes in blue ink, including a signature and some illegible scribbles.



da Lousã, a STATUS, ATIVAR e outras Entidades permite uma sinergia que gera um fluxo de projetos, promovidos e apoiados por todas estas Entidades que se complementam e geram resultados evidentes nas ações que se desenrolam diariamente no nosso concelho, nos diversos estabelecimentos escolares. De evidenciar o investimento de quinze mil euros no âmbito de atividades para jovens mais concretamente no Projeto "Espaço J", Programa "Escolhas" e outras iniciativas que serão dinamizados pela ACTIVAR. Numa época em que enfrentamos enormes desafios a nível da fixação de jovens, a Autarquia da Lousã investe no Capital Humano, reforçando o apoio social, educativo e as atividades lúdico desportivas. Só assim podemos criar um Concelho que reúna as condições para o estabelecimento das famílias que procuram a qualidade de vida digna e propícia ao desenvolvimento educativo e social do seu agregado. A aprovação da abertura de concurso público internacional para a Requalificação e Modernização da Escola Secundária da Lousã, com valor base de 7,5 milhões de euros a que acrescerá o valor para equipamento e infraestruturas provisórias assim como, o projeto de requalificação da escola Básica nº 2, são a clara e inequívoca evidência da aposta do município na educação." -----

**Sérgio Pedroso**, interveio a afirmar, citando: "Senhor Presidente, não sei se será neste ponto que deva fazer esta questão mas, como o governo que dizia que iria até às eleições autárquicas de dois mil e vinte e cinco fazer a desagregação das freguesias se demitiu, e parafraseando uma declaração de início do ano de dois mil e vinte e um do ex-Deputado do PS desta Assembleia Municipal, Senhor João Melo "aquilo que foi uma injustiça cometida por um governo do PSD, se não for rapidamente resolvida será uma injustiça que vai continuar a existir pela mão do PS e, não queremos acreditar que isso vá acontecer", vinha questionar em que situação se encontra a desagregação da freguesia de União das freguesias de Lousã e Vilarinho?" -----

**Pedro Santos**, usou da palavra para realçar que este ano, os Bombeiros Municipais da Lousã, celebram 120 anos. Afirmou que esta instituição desempenha um papel fundamental na comunidade e têm sido um elemento-chave na salvaguarda dos bens e vidas humanas correspondendo às

AX  
27  
gr.



exigências atuais. Felicitou e agradeceu a todos/as os/as bombeiros/as que representam ou representaram esta nobre causa, embora que o percurso nem sempre tenha sido fácil, todavia, a existência do compromisso permanente no investimento da melhoria das condições do Corpo quer a nível material, como na formação por parte da Entidade detentora do Corpo de Bombeiros que é a Câmara Municipal da Lousã, numa estratégia de reforço e valorização dos mesmos. Destacou algumas intervenções mais recentes, como sejam a abertura do concurso externo para recrutamento de três bombeiros sapadores que somam aos oito bombeiros sapadores que já estão em recruta no Regimento de Bombeiros Sapadores do Porto e que devem terminar no final deste ano. A aquisição de uma ambulância de socorro, o regresso o helicóptero ao Aeródromo Municipal da Lousã. Relevou o esforço financeiro e empenho da autarquia neste investimento para que os Bombeiros Municipais da Lousã e o Serviço de Proteção Civil Municipal possam efetuar a sua operacionalidade com condições adequadas e prestação de serviços de qualidade à população da Lousã. Por último, endereçou uma questão ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, recordando ter sido sua a intervenção sobre o corte da madeira na serra, numa sessão da Assembleia Municipal realizada em Vilarinho, solicitando que fizesse o ponto de situação sobre este assunto. -----

**Santinho Antunes** começou por afirmar que o PSD lamenta ser um "corta sabores", mas a sua função é de fiscalização e não de aplausos. Agradeceu o convite endereçado pelo Sr. Casimiro Simões, em nome da São Lourenço e apelou para que os munícipes apresentem as suas preocupações nas assembleias, lembrando que, muito antes de se falar em cortes de árvores, houve uma moção apresentada "Em Defesa da Serra da Lousã - Silveira (S. Lourenço)", apresentada pelo Grupo Municipal "É Hora de Mudar" em 2023. Agradeceu aos Srs. António Ferreira e Jorge Baeta pelas preocupações que apresentaram, a fim de ser devidamente acompanhadas e verificadas. Relativamente à sua intervenção, neste período Antes da Ordem do Dia e no que diz respeito à transferência de competências, afirmou o seguinte, citando: "O PSD sempre defendeu e aplicou os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, mas não da

AGX  
ab  
gr



forma preconizada pelo governo PS, fazendo dos municípios autênticos tarefeiros. As verbas envolvidas sempre foram consideradas insuficientes por parte dos municípios algo que mereceu sempre a atenção da parte do grupo municipal. É hora de mudar, mas que sempre teve da parte do **Senhor Presidente** uma ideia de que os recebimentos eram suficientes e estavam em dia, pelo que não tivemos conhecimento de nenhuma reclamação de deficit pelo executivo, o que se questiona se se mantêm. Tal questão prende-se com o facto de o Grupo Municipal "É Hora de Mudar" ter verificado que a comissão de acompanhamento da transferência de competências não tem feito o seu trabalho de monitorização, isto ainda durante o governo PS, colocando em causa a competência da respetiva Comissão, pois verifica-se estarem em falta os relatórios do 3º, 4º trimestre de 2023 e 1º trimestre de 2024. Mas, mais importante ainda é que parece que o Município da Louçã, também, não tem feito o seu trabalho de casa, pois no ultimo relatório de acompanhamento elaborado pela referida comissão, passível de consulta no site portal autárquico, para o 2º semestre de 2023, o Município da Louçã é referenciado como um município que não fez o reporte da receita proveniente da administração central em conformidade, o que pode ser verificado através da consulta do anexo 16 do referido documento, no qual surge como não disponível, e, também, o Município da Louçã não consta no anexo dezassete como um dos municípios cujas transferências financeiras reportadas são coincidentes com o valor transferido pela Direção Geral da Administração Local – DGAL, atendendo a que também falamos de transferência de competências por parte da educação questiono o **Senhor Presidente** se efetivamente o Município da Louçã não tem feito os trabalhos de casa, figurando assim como "um mau aluno" perante a DGAL."-----

**Joel Fernandes** interveio a referir-se às comemorações dos 50 anos do 25 de Abril dando continuidade às intervenções anteriores e que se reporta à história coletiva. Realçou que Abril, é um processo que se faz todos os dias e todos os anos. É importante recordar que foi derrubado o jugo que pesava sobre todos, todavia é igualmente importante lembrar todos os políticos e cidadãos homens e mulheres que durante este tempo em cargos públicos ou privados,

Joel Fernandes



empresas, entidades, e associações conseguiram manter o “espírito de Abril” e trazê-lo até aos dias de hoje. Foram passados valores e responsabilidades que se têm honrado nesta Assembleia Municipal. Disse que no seu entendimento, nesta Assembleia Municipal existe a liberdade de poder debater ideias e ideais políticos. Recordou que uma das conquistas de Abril foram as eleições livres, democráticas e representativas. Explanou o seu entendimento e sentido crítico sobre o espetro dos vários partidos políticos com assento no último governo recentemente empossado e expressou o seu desejo de que o país possa ser governado mais ao centro e que o PSD tenha mais peso neste governo do que o CDS, todavia, é um governo que representa a todos e todos devem colaborar. Referiu que, é igualmente, importante respeitar os compromissos autárquicos e exigir de quem governa que respeite os compromissos que assumiu com o país, através de um saudável debate político nas Assembleias Municipais. Deu como exemplo que seria interessante haver um debate sobre o Serviço Nacional de Saúde. Disse acreditar que este governo terá desafios muito importantes para consolidar e concretizar que vêm na continuidade do trajeto que Portugal tem tido nos últimos anos ao nível económico, mas também a reforma da Justiça, da Habitação, da Economia, da reforma Fiscal e por último referiu-se à necessidade da reforma das Finanças Locais e da Lei Eleitoral Autárquica com uma separação efetiva do Poder Executivo do Poder Deliberativo.-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal** tomou a palavra, a fim de responder às interpelações. Relativamente aos limites entre as freguesias de Serpins e Louçã e Vilarinho, disse que está a decorrer o processo de desagregação das freguesias de Louçã e Vilarinho, pelo que este processo implica e condiciona com esses procedimentos. Apresentou cumprimentos ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serpins** realçando a sua intervenção e reiterando a cooperação que tem existido entre a Junta de Freguesia de Serpins e a Câmara Municipal, não desvalorizando as outras juntas. Confirmou que se têm concretizado obras e projetos na freguesia de Serpins e reiterou que é intenção da Câmara Municipal manter a colaboração e apoio ao desenvolvimento local, proporcionar a qualidade de vida em prol das freguesias do concelho. A





intervenção da EM 552 está no âmbito referido pelo **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serpins**, bem como a EM 224 e a EM 342-3, informou que em qualquer uma destas vias já foram executados algum tipo de trabalhos, mas será necessário executar ainda outros que estão por concluir dadas as suas características, estando na expectativa de que possa vir a acontecer no início do próximo mês de maio. Relativamente ao tempo previsto, deu nota de que a empresa executou a intervenção com mais brevidade pelo que o ritmo está dentro do espectável. Relativamente à regularização do pavimento junto à Estação da Lousã, informou que foi executado trabalho similar junto à Estação do Parque de Exposições e na Rua de Coimbra, sendo a programação da intervenção por parte das IP que terão agora sequência no sentido de Serpins – Lousã. Quanto à sinalização horizontal na variante a Foz de Arouce, deu nota de que é público que a Câmara Municipal tem feito várias diligências, inclusivamente com uma tomada de posição do Executivo Municipal, mas que até ao momento, só teve atendimento a execução de sinalização horizontal na EN 342. Outra reivindicação que o Município da Lousã entende pertinente é a sinalização horizontal na EN 17. As IP, até ao momento, não responderam positivamente, como seria o desejo da Câmara Municipal que continua a insistir que se seja feita a intervenção com a maior brevidade possível. Reiterou as palavras proferidas por **Marco Sequeira**, relativamente às comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, sublinhando a versatilidade e transversalidade das referidas ações e eventos evocativos. Afirmou que é intenção da Câmara Municipal valorizar e envolver a população mais jovem neste enquadramento e entendimento coletivo. Relativamente à estratégia de combate aos fogos florestais, é feita através do plano anual e apresentado em Comissão Municipal que decorreu no passado dia 12 de abril. Informou que o FIRE-RES prevê a implementação de estratégias e ações, aplicadas tanto a nível local como regional e que sejam generalizadas para utilização como instrumentos de governança à escala global e nas mais diversas condições, e de forma a garantir a participação de todas as partes interessadas, o FIRE-RES propôs a criação de Comunidades de Inovação em Incêndios Rurais. Reiterou subscrevendo as palavras proferidas por **Pedro Santos** em relação aos

AX  
ab  
g



bombeiros sublinhando o incentivo ao voluntariado, dizendo que foi feito recentemente um investimento de melhoria de condições para as bombeiras, nas camaratas femininas, bem como na Central de Comunicações, foi entregue uma nova ambulância e prevê-se a entrega de uma outra, até ao próximo mês de julho, no sentido de renovar o parque de viaturas. Relativamente à questão levantada pelo cidadão Yan Droppers, informou que já foi devidamente atendido e envolvido no processo do regulamento do tecido arbóreo urbano, nas suas várias vertentes. Esta questão, ao nível regulamentar é nova e poucos municípios dispõem desta ferramenta, pelo que a Câmara Municipal se encontra a executar este trabalho em parceria com a CIM-RC e, está a ser desenvolvido um documento essencial para este regulamento que é o cadastro/registo, ou seja, a classificação quantitativa e qualitativa do tecido arbóreo urbano com os contributos apresentados pelo PSD. Informou que o projeto Aqualousã está a ser implementado, todavia, existem algumas questões que não estavam previstas na versão original. Relativamente à Rua do Comércio, Lar da Senhora da Piedade e largo das farmácias, onde o pavimento tem apresentado maior debilidade informou que é uma questão que está a ser verificada. Sobre a ocorrência no Parque Carlos Reis, informou que os danos terão de ser suportados ao nível da responsabilidade civil, e adiantou que independentemente dos alertas que tenham sido feitos, estas situações podem acontecer a qualquer momento. O processo de contratação pública para a intervenção na estrada da Senhora da Piedade está praticamente concretizado, segundo as regras da contratação pública e o valor da empreitada, pelo que, logo que esteja concretizado e firmado com o Visto do TdC - Tribunal de Contas, os trabalhos terão o seu início com a brevidade possível. Sobre o processo do Clube Recreativo Vilarinhense, informou que tem estado a ser desenvolvido pela Câmara Municipal e a Direção do Clube, e que já está aprovado o projeto de arquitetura, aguardando-se a conclusão das peças relativas à especialidade, não dispondo de mais informações de relevância sobre o mesmo, assim como não dispõe de informações atualizadas relativamente à Quinta das Nogueiras. Relativamente à intervenção de **Patrícia Ramalheiro**, acrescentou que o valor

Art  
g



global da Escola Secundária será na ordem dos oito milhões com as áreas componentes e a versão final da Escola Básica nº 2, estará acima de seis milhões de euros. São dois investimentos no âmbito do PRR a que se soma um outro, que já foi submetida a candidatura, do segundo edifício do Centro de Saúde, no valor de dois milhões. Ainda sobre a desagregação das freguesias, adiantou que a anterior Assembleia da República não deu conclusão ao seu trabalho, eventualmente em virtude da interrupção do mandato, pelo que, neste momento se aguarda a nova constituição da Assembleia da República, recentemente empossada, dê continuidade ao processo o mais rapidamente possível e dê concretização relativamente a esta matéria. Frisou que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia também aguardam notícias relativamente ao desenvolvimento do processo no âmbito desta nova Assembleia e respetivas Comissões. Relativamente ao corte de árvores na serra, disse que tem havido vários episódios, muito negativos, aos quais a Câmara Municipal se opõe, mas infelizmente sem grande poder de intervenção. Sobre as propriedades da Câmara Municipal, informou que foi intentada uma ação em Tribunal, para a qual já existe uma audiência para o próximo dia 20 de maio, no sentido de dar desenvolvimento à ação relativa aos cortes abusivos, nos restantes casos, muito embora não sejam propriedade do Município, tem sido manifestada oposição e prestado acompanhamento e suporte às entidades que têm igualmente feito essa oposição. Lamentou o facto de o país continuar a permitir operações com estas características com impactos muito negativos e, reiterou que nestas zonas da serra, é entendimento da Câmara Municipal continuar a manifestar a sua oposição e desenvolver as diligências que estão ao seu alcance. Ao Senhor Deputado **Santinho Antunes** e no que diz respeito à descentralização deu nota que a informação que dispõe dos serviços é que o reporte do Município da Louçã está feito perante a DGAL. No entanto, do posto de vista processual, como já teve oportunidade de o referir antes, afirmou que o relacionamento da DGAL com os municípios, é muito desproporcional, frisando que esta opinião, em nada tem a ver com questões partidárias. Sublinhou que nunca afirmou que estava tudo certo, antes, porém, que havia um desfasamento que a autarquia estava a verificar e, até ao momento, não tinha conseguido acompanhar face

AX  
ash  
gr



às necessidades inerentes a este ajustamento e encontro de reporte entre entidades, entretanto, sublinhou que o reporte está feito porque ao nível da Educação tem um grande significado. Também sempre disse que o anterior governo, este não sabe como vai agir, tinha assumido na ANMP que este desfasamento devidamente apurado e reportado e que o Estado Português iria fazer a devida compensação do financiamento da descentralização. A destarte desta situação, a expetativa é que o Estado Português vá honrar esse compromisso e transfira a verba devida aos municípios. Fez uma menção ao 120º aniversário dos Bombeiros Municipais, ao associativismo e cultura, bem como o reconhecimento e apreço pela Academia de Bailado da Lousã, recentemente com dois momentos com dimensão nacional e representação europeia com bons resultados. -----

**PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

**1** – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira. (doc. nº 2 (dois)).-----

**Inscrições:** João Santo, Helena Correia, Rui Morais, João Fernandes, Maria Fernanda da Franca, Marco Sequeira, António José Gonçalves, Ana Bandeira, Daniela Santos, Joel Fernandes e Santinho Antunes.-----

**João Santo** usou da palavra e referindo-se às reuniões que o **Senhor Presidente da Câmara Municipal** teve com o Conselho de Administração da ULS – Unidade Local de Saúde de Coimbra, dizendo ser uma matéria que preocupa o Bloco de Esquerda, com a introdução destas novas políticas. Realçou que dos 50 anos do 25 de Abril, as áreas com mais sucesso, foi a da Saúde e da Educação, no entanto, fica perplexo quando hoje, ainda, se verificam políticas que canalizam para a privatização destes serviços. Realçou a necessidade para uma boa e inequívoca questão dos serviços de saúde e solicitou mais esclarecimentos sobre o que resultou destas reuniões que se revestem de grande importância para os Centros de Saúde e Hospitais, quer no âmbito da gestão, quer nas

Handwritten notes in blue ink, including a signature and some illegible scribbles.



competências e, sobretudo, questionou o que vai acontecer com a requalificação da USF da Lousã. -----

**Helena Correia** interveio dizendo que atendendo à aprovação da delimitação da AIGP Serra da Lousã, e tendo em conta que o Município da Lousã e a Associação Gestora que é responsável pela elaboração da Operação Integrada da Gestão da Paisagem – OIGP, estão a trabalhar em estreita colaboração, sendo deliberado por unanimidade do Executivo Municipal e considerando que a proposta já foi aprovada pelo governo em relação ao desenho da paisagem e às opções de transformação e valorização numa área de quase novecentos hectares e que prevê um apoio cujo montante é de mais de um milhão e trezentos mil euros, bem como o valor de apoio à manutenção a vinte anos, mantendo-se as preocupações que já foi levantada nesta reunião, pelas ações de corte raso na serra como as já visíveis consequências de erosão, destruição de vias e carreiros e qualidade da água, considerando que o município concluiu a classificação de interesse municipal de cinco aldeias de xisto e, mesmo sabendo que estão a falar de projetos diferentes (projeto AIGP e classificação das aldeias), perguntou se uma vez que esses investimentos se situam na mesma área geográfica se poderá considerar-se um olhar atento da paisagem de montanha, mas, também, sobre o espaço rural da freguesia de Lousã e Vilarinho e, também, do concelho. -----

**Rui Morais**, tomou a palavra e em ponto prévio como resposta a **Joel Fernandes**, disse ter registado que nem sempre estão em desacordo. Destacou que nem sempre quem vence a eleições forma governo, e que é importante os partidos moderados poderem combater democraticamente os partidos extremistas e populistas, dando exemplos de putativas coligações quer mais à direita quer mais à esquerda. Seguidamente, e a fim de intervir sobre o ponto de inscrição na ordem de trabalhos afirmou, citando: *"Desde dois mil e vinte que a Câmara Municipal da Lousã aborda a questão da estratégia local de habitação com mais regularidade. Da análise realizada do programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, percebe-se que este insere-se no Plano de Desenvolvimento Social do Concelho da Lousã 2020-2021, mas nós estamos em 2024, além de que este programa constitui apenas um pequeno passo numa*

af  
af  
af



estratégia local de habitação inexistentes. É imperativo a construção de uma Estratégia Local de Habitação como instrumento que define a estratégia de intervenção em matéria de política de habitação da Lousã, tendo por base um diagnóstico das carências existentes relativamente ao acesso à habitação, dos recursos e das dinâmicas de transformação das áreas a que se referem, de forma a definir as metas e os objetivos a atingir no período da sua vigência, especificar as soluções habitacionais a desenvolver e a sua priorização. Deve ainda articular os objetivos e as ações a desenvolver em matéria de política de habitação com as outras políticas setoriais, nomeadamente, as políticas urbanas, sociais, de emprego, educação, saúde, transportes, entre outras. Só assim poderá o executivo ter um enquadramento estratégico e um modelo de intervenção, para a atuação em matéria de habitação, transparente, simples, pragmático e mensurável, que oriente e articule as políticas públicas de habitação e a atuação das entidades públicas e privadas no território em causa. Gostaria de questionar **o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Lousã**, Luís Antunes, relativamente à previsão da apresentação do documento de Estratégia Local de Habitação ou se vamos concluir o mandato sem estratégia. Como também já referi nesta Assembleia Municipal, este é mais um empurrão que os jovens não precisavam para abandonar o interior do nosso país, do nosso distrito: para abandonar a Lousã. Senhor Presidente, Roma e Pavia não se fizeram num dia, mas recorro que estamos a terminar o mandato e este tipo de políticas públicas continua a sofrer por ausência. Ainda no seguimento deste tema, Já tendo sido proposto pelo grupo municipal da Coligação "É Hora de Mudar", nesta Assembleia Municipal, volta-se a questionar porque é que, ao invés de reaproveitar edifícios devolutos, seguindo o exemplo de municípios com boas práticas e políticas públicas para a habitação, continuamos a teimar em gastar possivelmente o dobro. Deveria a Câmara Municipal da Lousã potenciar a requalificação dos imóveis degradados no nosso concelho, como serve a Rua do Comércio de excelente exemplo, daquilo que poderia ser uma zona comercial e habitacional, como existem em cidades como por exemplo as Caldas da Rainha, dinamizando o tecido comercial, o aumento da habitação na zona e a preservação e

Ar  
Ar



salvaguarda do património arquitetónico, mas também para transformar esta área de intervenção num local ainda mais aprazível ao estar e ao lazer."-----

**João Fernandes** interveio para se referir à área da Saúde e realçou a candidatura ao concurso público brevemente para a edificação do segundo edifício do Centro de Saúde da Louçã, com um custo estimado em 2 milhões de euros, trazendo novas valências para a Louçã como sejam: nutricionista, psicólogo, fisioterapia, UCC e saúde oral. Deixou uma questão ao **Senhor Presidente** que se prende com as reuniões que tiveram lugar respeitante à Direção Executiva de Saúde da Louçã.-----

**Maria Fernanda da Franca**, usou da palavra afirmando que, citando: "Tivemos conhecimento através de publicação de 26 de Março de 2024, que foi aprovada a Operação Integrada de Gestão da Paisagem Serra da Louçã (OIGP). A entidade gestora que a promoveu foi a AGASL (Associação Gestora da AIGP da Serra da Louçã) com a colaboração da Câmara Municipal da Louçã. Segundo o mesmo trata-se do envolvimento de proprietários e instituições locais para a valorização do espaço rústico existente com o compromisso da existência de procedimentos transparentes e participados. A aprovação da AIGP Serra da Louçã já data por despacho nº 7109-A/2021 de 15 de julho. A área a valorizar abrange uma área total de 897,20 ha com um montante de financiamento máximo elegível validado de cerca de EUR: 1 300 000,00 € para as ações de investimento e uma remuneração anual máxima de cerca de EUR: 117 000,00 € para os apoios à manutenção a 20 anos. -----

Perante o exposto, pretendíamos os seguintes esclarecimentos:-----

1) Quais os itens ou obras contempladas nas ações de investimento EUR: 1.300.000,00; -----

2) Qual a entidade gestora dos financiamentos, isto é, quem recebe e canaliza os financiamentos para as partes envolvidas; -----

3) - Qual a entidade gestora das obras fundiárias em função da área intervencionada, localização das mesmas, e os respetivos beneficiários?-----

4 - Relativamente aos proprietários: -----

a) Existem critérios definidos para as candidaturas a efetuar pelos proprietários?  
-----

ATA  
ab

g



b) Existe algum check-list colocado à disposição dos interessados para minimizar, facilitar e homogeneizar o ato processual (como documento de posse da parcela, arrendamento, confrontações, parcelário), já que, efetivamente, devem aparecer muitas vezes parcelas sobrepostas com vários titulares. Qual é o montante a atribuir por cada ha de área, isto está realmente dependente das espécies a explorar? -----

5 - EUR 117.000,00 €, pelo que verificámos, para manutenção anual, não descreve as intervenções fundiárias a que se destina. Por isso são necessários documentos da parte dos proprietários, para que devem justificar esse recebimento? Há algum limite mínimo por proprietário dada a parcela de minifúndio, porque nós sabemos que estamos numa zona de minifúndio, ou só será contemplado quem adquiriu e fez emparcelamento?" -----

**Marco Sequeira** usou da palavra para felicitar o Executivo Municipal pela realização da Gala do Desporto. Foram homenageados atletas e outros agentes desportivos em sete categorias distintas, nomeadamente desporto escolar, desporto universitário, competições distritais e regionais, competições nacionais (3.º lugar), vice-campeões nacionais, campeões nacionais (incluindo taças) e competições internacionais. No seu entendimento este evento orgulhou a todos enquanto Lousanenses, e realçou que o Concelho da Louçã tem uma oferta desportiva muito diversificada e que conta com o apoio associativo e do Estado. Mencionou, também as empresas PME Líder e Excelente para além de outras empresas igualmente importantes do tecido empresarial do concelho, estas são o exemplo do que é o investimento, o trabalho e espírito empreendedor, a criação de emprego e de riqueza no território da Louçã. -----

**António José Gonçalves** interveio começando por recordar o **Senhor Presidente da Câmara** que não respondeu às suas questões relativamente à substituição das viaturas da Câmara Municipal Renault 4L, e disse ter vergonha de ver os funcionários da Câmara Municipal naqueles veículos, nem tão pouco dignificam a Edilidade e a situação do Cabril. Relativamente à queda do ramo da árvore, disse ao **Senhor Presidente** que a árvore estava completamente podre. Seguidamente dirigiu-se à **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**

As  
af  
g





para protestar contra a forma como a informação escrita do **Senhor Presidente da Câmara** sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira, contestou o facto de continuar a ser apresentada sem datas cronológicas, e de conteúdo pouco esclarecedor, comparativamente à sua apresentação da correspondência rececionada pela Mesa da Assembleia Municipal, motivo pelo qual solicitava esclarecimentos. Disse que tem ouvido coisas muito bonitas sobre o 25 de Abril, a liberdade e democracia, mas isto não é nenhuma "balda", trata-se do órgão deliberativo e fiscalizador do município, onde de entre as várias competências atribuídas, fazem parte o acompanhamento e a fiscalização da atividade da Câmara Municipal, a aprovação de importantes instrumentos normativos de planeamento e de gestão municipal, assim como a tomada de posição perante os órgãos da Administração Central sobre assuntos que sejam de interesse para o Município. Deu vários exemplos inscritos na referida informação cujo conteúdo não revela informação, segundo a sua opinião. Pediu esclarecimentos sobre as seguintes matérias: um incêndio que ocorreu na serra onde há quem diga que foi controlado, outros, pelo contrário, dizem que se perdeu o controlo, e em caso de ter sido controlado, questionou se foi salvaguardada a fauna; Questionou para quando está prevista a abertura do cineteatro e o valor de custos a mais do que o previsto; Relativamente à habitação de custos acessíveis, na Rua Dr. Pedro de Lemos, perguntou a quem se destina e qual vai ser a melhoria da acessibilidade na Avenida Coelho da Gama e a Rua Movimento das Forças Armadas; pediu mais esclarecimentos sobre a requalificação da Ribeira de S. João; referiu no contencioso o proc.º cuja autora é DGPW, SA, no valor da ação de EUR: 632.258.27 €; o proc.º em que é requerente Teixeira Neto, S.A., e quem é a entidade STAL referente ao nono processo, cujo conteúdo não alcança; Relativamente ao 10º processo cujo Réu é o Estado Português, condenado a uma indemnização no valor de sete milhões de euros, perguntou como é que foi feito este calculo de valor e, no caso de ganhar a ação, o que é que vai fazer ao dinheiro, se vai distribuí-lo pelos Lousanenses que, também, tiveram prejuízo com a falta de execução do Metro Mondego e deixou o repto da aquisição da quinta, na Avenida do Brasil.

---

AX  
JP  
g



**Ana Bandeira**, interveio a afirmar, citando: "É com agrado que voltamos a esta freguesia, volvidos dois anos da realização da última Assembleia Municipal, neste espaço, cedido pelo Rancho Folclórico Flores de Serpins. Esta é de facto uma freguesia que, apesar da sua distância à sede de concelho, mantém um dinamismo capaz de a estreitar e demonstra robustez nas suas ações, marcando a sua individualidade e vontade de crescer. As minhas felicitações ao Sr. Presidente da Junta e demais Autarcas desta freguesia, pelo trabalho que têm desenvolvido neste mandato, em prol dos Serpinenses. Assente numa base de crescimento sustentável, equilibrado e inteligente a Lousã tem procurado construir um concelho que garanta qualidade de vida aos seus munícipes. Na área do Ambiente, tão importante nos nossos dias e que constitui um legado que temos de saber preservar, a Lousã tem sabido posicionar-se mantendo uma política de gestão de resíduos que atua em paralelo com modelos de eficiência energética, procurando minimizar o impacto das alterações climáticas. Como tal e depois de criado o Eco Centro Municipal, em funcionamento a Autarquia tem desenvolvido, individualmente ou em parceria com outros municípios, ações como a implementação de campanhas de sensibilização ambiental, ou a entrega de compostores aos munícipes que, cada vez mais, reconhecem a importância de participar nestas medidas. A aprovação do Plano de Ação para o Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos, (designado por PA-PERSU) e do respetivo Plano de Investimentos, pelo Executivo Municipal, prevê um investimento superior a seis milhões e setecentos mil euros até dois mil e trinta, em medidas e ações que pretendem a prevenção, a reutilização e reciclagem e ainda a aquisição de equipamentos e criação de infraestruturas que permitam dar resposta aos objetivos traçados pelo PERSU 2030, com uma meta estabelecida de atingir mais de 65% de separação de resíduos. A consciencialização da população para este desafio é crucial já que estas metas dependem da sua participação e colaboração diária. Cabe-nos alertar para a sua importância, cumprindo a nossa parte, como agentes promotores da responsabilidade ambiental. As parcerias com o Agrupamento de Escolas da Lousã que investe na educação ambiental das nossas crianças e jovens, através de projetos como o Eco - Escolas permite uma participação da

AX  
CD  
gr-



comunidade mais efetiva. Também o apoio de 9600 euros ao Projeto RECINCLUSA, desenvolvido pela ARCIL e que permite a inclusão profissional e social da pessoa com deficiência, num projeto que recolhe e procede à triagem e compactação de papel, cartão, plástico e metais recolhidos em cerca de 150 estabelecimentos comerciais, é prova do empenho que o Município da Lousã demonstra nas questões ambientais e na prossecução dos objetivos traçados. Estas são, sem dúvida políticas que potenciam a atratividade do nosso concelho não só para aqueles que aqui vivem, mas, também, para aqueles que nos visitam ou que pretendem investir no nosso concelho."-----

**Daniela Santos** interveio começando por recordar que em 30 de junho do ano de 2022, foi apresentada, na sessão da Assembleia Municipal, uma moção pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP – “É Hora de Mudar”, subordinada ao tema: “Pela Conclusão do Metro Bus”, contando com os votos contra do Partido Socialista e defendida por **Joel Fernandes**, registada em ata dizendo que “*não existem agravamento de custos para o Município da Lousã uma vez que a responsabilidade da obra não é dos municípios mas sim da REFER e das IP, acrescentando que quanto ao aumento de custos que o município da Lousã possa ter com a implementação do Metro Bus, validado pelo argumento que foi apresentado, não podemos concordar e iremos votar contra, mantendo a nossa postura vigilante e interventiva como sempre temos feito.*” Afirmou respeitar o Executivo Municipal, todavia e uma vez que **o Senhor Presidente da Câmara** pertence ao mesmo partido que votou contra esta moção, deveria ter cautela quando denuncia uma ação no valor de EUR: 7.027.771.30 contra o Metro Mondego, mas no ano de 2022, tem o seu Grupo Municipal a dizer que não há qualquer prejuízo. Concluindo desta feita que se o PS tivesse tido outra posição relativamente a esta e outras moções apresentadas pelo Grupo Municipal “É Hora de Mudar” haveria mais ganhos para a Lousã, pelo que questionou porque demoraram dois anos para tomar uma medida não preventiva, mas sim reparadora.-----

**Joel Fernandes** em sua defesa e respondendo a **Daniela Santos** disse recordar-se que o teor da moção abordava aumento de custos de implementação do

ASX  
 AB  
 Gm



projeto. Neste caso, a ação em Tribunal contra o Estado Português diz respeito aos prejuízos causados pela demora na execução do projeto Metro Mondego, pelo que são questões distintas. Ainda sobre o Metro Bus, informou que tiveram conhecimento no início da semana que a primeira viatura do Sistema de Mobilidade do Mondego, já chegou e foi apresentada e a obra no terreno tem avançado ao ritmo possível, não ao desejado, porque todos gostariam que fosse mais rapidamente. Continuando no mesmo alinhamento e repetindo-se ao que proferiu em 2022, disse que instava a Assembleia a manter com a Comissão criada para o efeito a postura vigilante, exigente e interventiva, como sempre tem feito até que o projeto esteja no terreno. Afirmou ainda que é um projeto muito importante para toda a região, não apenas para a Lousã, mas, também, para a cidade de Coimbra. No alinhamento da intervenção de **João Santo** sobre as conquistas e sucessos de Abril, referindo-se à Saúde e Educação, acrescentou, ainda, que é basilar as quatro responsabilidades em um Estado e acrescentou a Justiça e a Segurança. A concluir e segundo a sua visão afirmou não ter combinado nada com **Rui Morais**, e é certo que nem sempre estão de acordo, porque cada um tem os seus ideais, reforçando que não concorda com partidos extremistas. -----

**Santinho Antunes** tomou a palavra ainda para se referir à questão do Metro Bus. Reiterou que a sua intervenção visa reportar-se à informação prestada e citando: *"Este Processo, também, foi notícia no jornal O Trevim. Relembro que a 30 de junho de 2022 se realizou uma Assembleia Municipal, na qual a Coligação "É Hora de Mudar" apresentou uma moção "Pela Conclusão do Metro Bus", em que se propôs à assembleia "Manifestar a enorme preocupação da Assembleia Municipal da Lousã pelo cumprimento dos atuais prazos de cumprimento estipulados para a execução do troço Lousã (Serpins) – Coimbra, bem como o provável aumento de custos que o Município da Lousã possa ter com a implementação do Metro Bus". Esta moção foi rejeitada, contando com os votos contra da bancada do Partido Socialista, e que citando as palavras do deputado Joel Fernandes, que constam em ata dessa assembleia, foi motivada porque o Grupo Municipal do PS considerava que " Não existem agravamento de custos para o Município da Lousã, uma vez que a responsabilidade da obra*

AS  
g



não é dos municípios, mas sim da Refer e das Infraestruturas de Portugal", acrescentando que "Quanto ao aumento dos custos que o município da Louçã possa ter com a implementação do Metro Bus, validado pelo argumento que foi apresentado, não podemos concordar e iremos votar contra, mantendo a nossa postura vigilante e interventiva como sempre temos feito." Com o devido respeito pelo Executivo, mas atendendo a que o **Senhor Presidente** pertence ao mesmo Partido Socialista que o Grupo Municipal que se opôs à nossa moção, deveria ter cautela quando inicia uma ação de sete milhões de euros contra a metro Mondego, mas em 2022 tem o seu grupo municipal a dizer que não há qualquer prejuízo, sendo que agora pretende defender o contrário. Portanto, considerando tudo isto, podemos concluir que se o Partido Socialista tivesse tido outra posição relativa a esta e outras moções apresentadas pelo grupo municipal "É Hora de mudar" haveria mais ganhos para a Louçã e não correríamos, como sempre, atrás do prejuízo. Com isto, questiono porque demoraram dois anos a perceber o óbvio? Agora servirá para reparar prejuízos, não tendo havido uma atitude preventiva, mas sim reparadora." Referiu-se ainda aos processos em fase de execução e acompanhamento, como sendo: a Escola Secundária da Louçã, a Escola EB 2, solicitou o ponto de situação da implementação da gestão da ULS que não pode ser esquecido e concluiu com os Bombeiros Municipais, questionando para quando está prevista a nomeação de Comando. -----

**A Senhora Presidente da Mesa** antes de passar a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, respondeu a **António José Gonçalves**, relativamente à questão que lhe foi diretamente endereçada. Disse que o assunto tem sido recorrente nas assembleias e que, efetivamente foi feita a recomendação ao **Senhor Presidente da Câmara** sobre a forma da entrega da informação da atividade municipal. Todavia, se o Executivo entende que o documento está adequado e elaborado nos termos da lei, uma vez que não existe nenhum modelo, nem nenhuma minuta que diga o que deve ou não constar, quando alguém tiver alguma questão/dúvida, em relação a algum ponto, este será sempre o lugar certo para colocar todos os pedidos de esclarecimento que entenderem sobre este documento em todas as assembleias ordinárias.-----

AGX.  
2/7  
Q



O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra a fim de responder às questões colocadas. Começou por informar que foram realizadas várias reuniões com o Conselho de Administração das ULS que tiveram vários objetivos, um deles, dizia respeito ao Município da Lousã e da necessidade de implementação de algumas medidas que possam melhorar os cuidados de saúde à população, nomeadamente o funcionamento de algumas Unidades. As outras, dizem respeito à articulação com esta nova entidade com os municípios e pedidos de colaboração no âmbito do processo da descentralização de competências. O objetivo da USL de Coimbra é criar as CLS – Comunidades Locais de Saúde, a fim de criar uma maior proximidade no que respeita aos cuidados de saúde primários. No que diz respeito ao Município da Lousã e à criação das ULS, foi solicitada melhor definição tendo em conta a execução do projeto do segundo edifício do Centro de Saúde da Lousã, bem como a organização dos serviços que estiveram o designado ACES, até 31 de dezembro, em instalações cedidas pelo município. Disse ainda não ter nada definido, todavia, está na expectativa destas situações serem correspondidas de acordo com os objetivos pertinentes e as necessidades do Concelho da Lousã. Acrescentou que ao nível de todo o país não tem havido a necessária estabilidade, e este tipo de reformas carecem de alguma firmeza e segurança, mas, entretanto, algumas já estão a cair, por isso, e não colocando o assunto ao nível partidário, não adianta mais nada sobre todo este processo. Essa mesma estabilidade é, igualmente, importante e necessária ao nível da Educação e assim, estas reformas, poderiam já estar em um patamar melhor, daí a importância de um maior entendimento para a estratégia do país. A Constituição da AIGP Serra da Lousã, no âmbito do trabalho desenvolvido e do investimento “Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis visa promover a gestão e exploração comum dos espaços agroflorestais em zonas de minifúndio e de elevado risco de incêndio e são dirigidas a contextos microterritoriais com escala adequada para uma gestão florestal ativa, racional de melhor rendimento e melhores serviços de ecossistemas. Esta posição revela que o município tem perspectivas boas e entende que esta AIGP é uma boa

Ad X  
AF  
gr



ferramenta para introduzir mecanismos de gestão mais adequados à Serra da Lousã. Adiantou que para além da participação oficial da Câmara Municipal, que detém uma componente mais política, realçou o trabalho desenvolvido pela Técnica da Unidade de Gestão das Florestas, na criação da AIGP e de todo o trabalho subjacente. Deu conhecimento de que, recentemente, foi feita a consulta pública onde o Município da Lousã, também, participou e que tem a ver com a Rede Natura, para que fossem estipulados mecanismos para uma gestão mais adequada para o espaço Serra da Lousã. A estratégia local de habitação do Município da Lousã está elaborada, aprovada e, neste momento, já está a ser executada e os objetivos estão bem definidos nas várias dimensões, quer no que diz respeito às habitações a Custos Acessíveis, quer no que diz respeito ao 1º Direito e nas várias áreas de intervenção engloba um investimento total de treze milhões de euros e as intervenções a executar são de várias tipologias e tanto existe recuperação de imóveis como construção de raiz em função das possibilidades e os critérios do IHRU e das possibilidades de intervenção existentes. No 1º Direito, existem trinta e quatro fogos do Município da Lousã, dois da Junta de Freguesia e vinte e dois de beneficiários diretos, todas de reabilitação de edificado existente. Depois, existe um conjunto maior de intervenções nomeadamente à habitação de custos acessíveis, com edificação de adaptação na Rua Dr. Pedro de Lemos e na Praça Cândido dos Reis, entre outras edificações que rondam um total de 80 fogos de várias tipologias. Informou que a constituição da AIGP está regulada por decreto-lei onde estão definidos os objetivos que se pretende atingir, bem como a elegibilidade e a natureza das intervenções que podem ser feitas. Deu nota de que na criação da AIGP, houve discussão pública e a questão do desenvolvimento dos agentes e/ou estadproprietários, tem sido realizada com o maior envolvimento possível relativamente às tipologias, quer sejam de proprietários, de ações a decorrer. Um dos objetivos principais para a área de novecentos hectares, é privilegiar a espécie autóctone e é este trabalho que tem sido desenvolvido com os compromissos já assumidos e contratualizações feitas. Informou que quem gere é a Associação da Entidade Gestora, bem como o registo cadastral, que tem tido acompanhamento do BUPi (Balcão

ASX  
af  
g



Único do Prédio), sob a dependência da Câmara Municipal, que é uma plataforma online e um balcão de atendimento presencial, que reúne informação sobre as propriedades e os seus donos, e onde os proprietários podem fazer a georreferenciação e o registo dos seus terrenos. Para além disto, existem entidades nacionais com a responsabilidade de fiscalizar estes procedimentos e ações nos termos do já referido decreto-lei. O incêndio na serra foi decorrente de uma intervenção de um empreiteiro florestal, devidamente identificado e com o acompanhamento da GNR e que agora terá de ter os seus trâmites nos termos do registo da ocorrência. Relativamente ao cineteatro, disse que, a partir do meio ano, prevê-se que o equipamento esteja ao serviço público com programação a partir do terceiro trimestre. Sobre os custos com os trabalhos-a-mais, deu nota de que no momento não dispõe da informação, mas que oportunamente serão dados a conhecer. Quanto ao cruzamento da Rua Movimento das Forças Armadas com a Avenida Coelho da Gama diz respeito a uma candidatura que foi apresentada a fim de permitir uma melhoria na interseção das duas ruas. Requalificação da Ribeira de São João, poderá referir-se a uma intervenção recente ao açude ou a uma candidatura apresentada para uma intervenção mais alargada desta linha de água. Relativamente à sigla STAL, informou que é o Sindicato de Trabalhadores da Administração Local e o assunto diz respeito a uma reivindicação colocada por um trabalhador cedido pela Câmara Municipal, à Empresa Intermunicipal APIN. Sobre a ação contra o Estado Português, não é contra nenhuma entidade, quer seja a Metro Mondego ou outra, nem contra qualquer governo e a quantificação não foi feita pela Câmara Municipal, obedece a critérios elaborados por serviços técnicos da especialidade e o momento da apresentação teve a ver com a elaboração desse mesmo trabalho. Sublinhou que a reivindicação diz respeito à não concretização no tempo que o Estado havia assumido e não concretizou, cujo montante tem a ver com as várias situações daí decorrentes em que o município foi prejudicado, nomeadamente operações e licenças urbanísticas não concretizadas, taxas urbanísticas não recebidas, impostos: IMT e IMI que o município deixou de receber relativamente à não concretização destas operações e outros danos causados. Sublinhou que

Ad  
g





não tem a ver com custos de obra, nem custos adicionais, a fim de fazer face à implementação do projeto. Adiantou ainda que o custo de transporte obedece a um tarifário estipulado pela Metro Mondego. O desenvolvimento sustentável é sempre um trabalho inacabado, acrescentou aos referidos, dois projetos que têm incidência na freguesia de Serpins, a reabilitação do Rio Ceira e o projeto BeeFood, recentemente apresentado, e com concretização nos Baldios de Serpins. Informou que é intenção da Câmara Municipal iniciar no mês de maio o procedimento de contratação pública da EB 2, relativamente à Escola Secundária disse não ter presente quando termina o prazo para o concurso público. Aproveito o momento para dar nota à assembleia que são duas intervenções muito relevantes, a vários níveis, que permitirão qualificar substantivamente os dois complexos escolares em muitas dimensões e têm sido acompanhados pela Direção do Agrupamento de Escolas e outras entidades ligadas aos projetos. A concretização no âmbito do PRR tem um horizonte temporal estipulado e as obras são muito importantes e vão significar uma mais-valia, todavia, não há obra que não cause transtorno e estas duas obras vão causar algum transtorno que a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas vai procurar minorar, mas alertou para essa previsão e tomada de consciência. Sensibilizou a todos a melhor compreensão de toda a comunidade escolar porque vão ser operações complexas, mas importantes. Relativamente ao Comando dos Bombeiros Municipais, informou que existe, mas, relativamente à composição mais alargada prevê que a breve prazo a situação será comunicada. -----

**PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**2 –** Apreciação e votação da proposta da prestação de contas individuais do Município relativas ao ano financeiro de 2023. (doc. nº 3 (três)). -----

**Inscrições:** Sérgio Pedroso, Luís Martins, António José Gonçalves e Joel Fernandes. -----

**Sérgio Pedroso**, usou da palavra neste ponto deixando um conjunto de questões endereçadas ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, citando:

AS  
CA  
g



"Antes de começar a nossa análise queremos parabenizar os funcionários que elaboraram os documentos que estão na base da prestação de contas. Sabemos que a bancada Socialista irá enaltecer as contas aqui apresentadas assim como o Senhor Presidente, também já as enalteceu, inclusive, já as aprovou no jornal o Diário das Beiras, mas será que é assim? Pensamos que não, senão vejamos, da análise ao relatório de auditoria podemos constatar que o município em dois mil e vinte e três e em comparação com o ano de dois mil e vinte e dois agravou a sua capacidade de solver os seus compromissos de curto prazo com ativos de curto prazo, ou seja, os rácios de Liquidez todos eles tiveram uma evolução negativa, em contraciclo os rácios de endividamento infelizmente aumentaram praticamente todos! Podemos afirmar e apesar do ativo ter tido um aumento de 1,47 % que o aumento do passivo em 23,43 % cerca de EUR: 1.179 milhares de euros, para isto contribuiu, pode pronunciar-se sobre esta situação **Senhor Presidente**? Continuamos a verificar decréscimo no património líquido do Município este ano foi de duzentos e cinco mil euros, já no ano de dois mil e vinte e dois, tinha sido de cento e sessenta e nove mil euros. Serão estes números assim tão bons? Entrando agora na análise à execução orçamental, verifica-se que esta apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (91,03 %) é superior à execução da despesa total (85,99 %), mas, e apesar das melhorias registadas na execução face ao ano anterior, tanto o valor para as receitas como para as despesas, ficou abaixo do inicialmente orçamentado, menos EUR: 1.897.982,24 € (-8,97 %) e menos EUR: 2.962.691,02 € (-14,01 %) respetivamente, nenhuma receita e despesa ficou sequer acima do orçamentado. Serão estes valores que evidenciam o rigor da gestão municipal? O Orçamento do Município apresenta equilíbrio financeiro em sentido formal, mas não em sentido substancial. Alerta-se o Executivo para o facto e pedimos um esclarecimento. Apesar destas situações podemos congratular o município pois a taxa de execução da receita foi superior a 85 %, como o já tinha sido no ano de dois mil e vinte e dois. Congratular ainda o executivo por cumprir com o limite ao endividamento, continuar a não registar pagamentos em atraso e apresentar a 31 de dezembro de 2023 um prazo médio de pagamento de vinte e quatro dias, segundo cálculos do ROC. Para



finalizar, parece-nos que no relatório de auditoria existe um equívoco por parte do Revisor quando diz que, "face ao ano anterior o resultado líquido sofreu um desagravamento de 7,00 %, ou seja, de 72 milhares de euros, cifrando-se nos EUR: 1.099 milhares de euros negativos.", o que deveria querer dizer era que face ao ano anterior o resultado líquido sofreu um agravamento de cerca de 7,00 %, ou seja, de 72 milhares de euros, passando de EUR: 1.027.361 € negativos para EUR: 1.099.240 € negativos. E, por falar em resultado líquido, um milhão noventa e nove mil duzentos e quarenta euros negativo, temos de nos debruçar sobre o mesmo, pois de ano para ano, tem sido sempre o mesmo desfecho, negativos atrás de negativos e não vemos Hora de Mudar! Sabemos que para tal as depreciações muito contribuem, mas não podemos estar sempre a culpar estas "desgraçadas"! Queremos com isto afirmar que o Município obteve um resultado antes de juros, impostos e depreciações positivo de EUR: 1.624.620,42 €, portanto e conscientes de que não poderemos aliviar a carga fiscal tanto como desejamos, para não por o equilíbrio financeiro do Município em causa, mas cientes de que o Executivo o poderá fazer e bem mais do que 0,01 %, 0,01%, perguntamos para quando uma baixa nos impostos mais concretamente na taxa de IMI que se sinta verdadeiramente no bolso dos Lousanenses? Para finalizar a minha intervenção, mais uma vez e já se torna deveras repetitivo, ficámos perplexos quanto ao resultado líquido antes de impostos evidenciado pela APIN em cerca de EUR: 2.543.302,19 € negativo, e ainda não estão contabilizadas algumas depreciações pois ainda não foi formalizada a cedência dos bens prevista no contrato de gestão delegada, senão seria muito pior, e como sabemos que o Município da Louçã detém uma participação de 18,39 % e que terá de desembolsar mais EUR: 585.996,43 € à conta deste resultado e ainda participou o tarifário social e os autoconsumos, perguntamos mais uma vez para onde nos leva a APIN? E, neste ponto alertar, ainda, que o Município de Penacova saiu da APIN e, portanto, mais uns milhares serão comparticipados por quem na APIN ficou, no caso do Município da Louçã serão mais cerca de um milhão setecentos e quarenta e seis mil euros! Pode dizer nos se será mesmo assim Senhor Presidente? Por fim, e como nos é informado na Certificação Legal de Contas, o Município continua a ter

Ab  
CB  
gr



inventariados e não valorizados ativos fixos tangíveis. Face a esta situação, não foi possível ao ROC "emitir uma opinião sobre as rubricas de património, ativos fixos tangíveis, gastos com depreciações e amortizações e, conseqüentemente sobre o resultado do exercício", e se o ROC o diz, nós enquanto Grupo Municipal da Coligação "É Hora de Mudar – PPD/PSD-CDS/PP", também o dizemos, e não temos outra opção senão votar contra a prestação de contas do ano financeiro do ano de dois mil e vinte e três."-----

**Luís Martins** tomou a palavra a fim de dissecar tecnicamente este documento, citando: "Estrutura conceptual dos documentos de maior fácil leitura identificação e interpretação. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - RECEITAS. A execução do orçamento em 91,03% do lado da receita, sendo que as rubricas os impostos diretos e as taxas são praticamente iguais ao orçamento INICIAL, ou seja, 99,9 por cento. Comparado com o exercício anterior os impostos diretos têm uma variação negativa de 9,76%. As receitas correntes têm uma variação positiva em 2,88% justificado pelas transferências correntes.... decorrente das transferências de competências domínio da educação e ação social. DESPESAS. Do lado da execução da despesa esta situa-se em 85,99 % sendo que a despesa corrente da atividade do município corresponde a 88,62%! Na evolução da despesa corrente temos uma variação positiva de 12,74% que é justificada através das já referidas transferências de competências no domínio da educação e ação social que contribuíram para essa variação positiva, é uma preocupação constante do município em atender às necessidades do concelho, tendo em conta que as verbas provenientes do estado central, o executivo faz enfase que as mesmas não são suficientes. Na execução das Grandes Opções do Plano – GOP: Está demonstrada a: execução de 78,58 % do plano plurianual de investimentos; A execução as atividades mais relevantes a execução situa-se nos 82,78 %; Onde as funções sociais que são a política onde o executivo aposta e sempre deu ênfase na elaboração dos seus orçamentos ao longo estes anos, há uma execução de 80,70%. Rubricas como: os serviços auxiliares de ensino; os serviços individuais de saúde; ação social; ordenamento e território; e turismo,

AD



representam graus de execução em todos elas a ultrapassar os 87%. Nos indicadores orçamentais constata-se uma evolução positiva face a 2021 e 2022. O cumprimento da regra do equilíbrio orçamental com uma margem de EUR: 1.721.472,07 €. Componente patrimonial – Balanço. O Património líquido apresenta uma variação negativa de 0,34% face ao exercício anterior, portanto sem grande impacto. O Ativo representa uma variação positiva em EUR: 970.290,66 € face ao exercício anterior. O Passivo tem uma variação positiva de EUR: 1.178.651,08 €, em relação ao exercício anterior; O que indica é um acréscimo e continuação do reforço do património da autarquia nomeadamente nas suas estruturas e infraestruturas, a exemplo: Projetos inseridos no Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS); A requalificação e modernização dos edifícios; A execução de projetos relacionados com a habitação.-----

Na Demonstração de resultados: Na análise dos rendimentos, verifica-se que as rubricas de impostos diretos e contribuições e taxas mantêm-se praticamente inalteráveis aliás decrescem 3,11%. As rubricas de fornecimentos e serviços externos e a rubrica de gastos com pessoal aumentam fruto da já aqui referida transferência e delegação de competências. O Peso das amortizações do exercício é de EUR: 2.668.691,69 € deve ser atenuado com a rubrica de subsídios ao investimento decorrentes desses investimentos referenciados na rubrica 7883, que corresponde a um valor de EUR: 937.288,48 €. Assim o peso líquido das amortizações do exercício ao encargo exclusivo do Município corresponde a EUR: 1.731.403,21 €. Tendo em conta: os resultados antes das depreciações e gastos de financiamento + EUR: 1.624.307,55 € positivos e, apesar do resultado líquido negativo - EUR: 1.099.240,00 €, o mesmo é fortemente influenciado pelas depreciações, o que é absolutamente normal em qualquer entidade pública! Teoricamente, o ponto ótimo de qualquer entidade pública é obter resultado líquido nulo. Não o conseguindo é desejável que contemple resultado robusto nos resultados antes de depreciações e gastos de financiamento, de forma a não pôr em causa o equilíbrio financeiro. E é precisamente isso que foi conseguido, aliás, os rácios financeiros continuam a apresentar garantias a todos os utentes da informação financeira do município, seja em Autonomia financeira; Solvabilidade - Continua o

ASX  
25  
g



cumprimento dos limites ao endividamento com valores que dão total garantia na análise das demonstrações financeiras como município ter uma margem disponível de EUR: 5.753.431€. Continua a não haver registo pagamentos em atraso e o prazo médio de pagamentos a 24 dias. Saldo de gerência EUR: 1.414.223 ,40 €. Portanto, as demonstrações financeiras, evidenciam que o Orçamento de 2023 foi executável, com grande nível de execução. Foi feito em função das necessidades Sociais e Económicas do Concelho. Foi rigoroso e equilibrado financeiramente, de forma a atender as necessidades dos municípios e sem prejudicar orçamentos futuros. Factos relevantes verificados após o encerramento do Exercício: -----

A APIN com Resultado líquido negativo de – EUR: 2.543.302,09 €, onde o município tem 18,39% do capital. Sobre empresa PUBLICA INTERMUNICIPAL APIN, salientar algumas questões que são importantes:-----

1.º ter a noção clara e inequívoca do histórico do que eram os déficits dos municípios Integrados pela entidade antes da constituição da mesma, em particular no nosso Município; Foi essa a razão principal para o qual esta Assembleia votou sem votos contra a Constituição de uma empresa intermunicipal de forma a conseguir dar uma melhor eficiência a todos os utentes da região, sem que com isso, pusesse em causa a capacidade financeira e o serviço aos municípios e aos Municípios. -----

2.º No início de atividade de qualquer empresa haverá sempre fatores que dificultam o correto funcionamento, no caso tivemos: -----

Fatores Externos: -----

Troika; Covid; Inflação, e Guerras na Ucrânia e Médio Oriente.-----

Fatores Internos:-----

- Processo do Município de Penacova. Tudo isso são entraves que não ajudam a atingir os resultados ótimos (resultados próximos do nulo). Mas, no ano 2023, no Município da Lousã, os valores que foram imputados gastos nas contas da autarquia são de EUR: 391.541,29€ que, se comparamos com os anos que não existia a APIN são números bastantes inferiores aos que o município tinha e que são naturalmente mais fáceis de suportar. Reforçar a confiança, nos órgãos de gestão da empresa intermunicipal, é condição para que estes elaborem o seu

AS  
  
 Qu



*trabalho em prol de todos nós sem naturalmente deixarmos de ter atenção e preocupação." -----*

**António José Gonçalves** prescindiu da palavra. -----

**Joel Fernandes** começou por afirmar que tecnicamente os documentos já foram suficientemente plasmados e dissecados pelos intervenientes especialistas na área. Ainda assim, relevou, os investimentos sociais, os investimentos na cultura, no apoio às empresas, o investimento no turismo e na infraestruturização de todo o concelho, numa altura em que os custos subiram todos, uma vez que a inflação não é só para os privados. A destarte, conseguir-se, neste contexto, manter este nível de investimento, sem reduzir serviços e apoios à população e em alguns casos, até a aumentá-los, investir na habitação, na estruturação do concelho e nas freguesias, merece um voto favorável da bancada do Partido Socialista. -----

**O Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra para reafirmar que as contas que o Executivo Municipal apresenta são bastante meritórias. O Relatório de Atividade de Gestão é um documento que revela o reiterado compromisso em um desenvolvimento sustentável nas várias dimensões, no concelho. Adiantou que as contas foram aprovadas pelo Executivo Municipal. Disse que as contas apresentadas, sob o ponto de vista substancial foi conseguido relativamente aos vários objetivos que a Câmara Municipal fixa e que tem vindo, reiteradamente, a atingir de forma garantida, simultaneamente, o equilíbrio financeiro da autarquia. Disse que tem consciência que existem "coisas menos boas", nomeadamente a despesa e os rácios de liquidez, todavia existem outros rácios que devem ser tidos em conta. Citando: *"A despesa corrente tem hoje, comparativamente à anterior, um peso enorme relativamente à despesa total e o valor do investimento na despesa total é superior ao exercício anterior, donde se pode concluir que se fazendo mais investimento, aumentam os custos, nomeadamente os custos com os recursos humanos decorrentes da descentralização e da integração de novos trabalhadores no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, tem a ver com um conjunto de outras situações, progressões, atualizações de carreiras, atualizações salariais que têm existido e que foram implementadas e concretizadas em 2022 e em 2023. Fazemos mais*

AX  
H

g



investimentos com custos mais elevados e que não tem acompanhamento de financiamento que **Luís Martins** referiu. O valor dos apoios considerados específicos é inferior ao volume total do investimento feito pela Câmara Municipal, quer dizer que a Câmara Municipal tem de dispor de dinheiro próprio para fazer esse investimento. **Sérgio Pedroso** fala nas receitas próprias e nos impostos, mas, esqueceu-se de mencionar que as receitas próprias correntes, nomeadamente os impostos tiveram uma quebra de quatrocentos mil euros em 2023, relativamente a 2022, ou seja, uma diminuição de receita de quatrocentos mil euros, se somarmos a isso, que as verbas da descentralização têm-se verificado insuficientes relativamente à despesa, é natural que haja um rácio de liquidez que degrada, mas, o que é certo é que o prazo médio de pagamentos se mantém e que o município continua com o prazo médio de pagamento baixo e a conseguir honrar o compromisso e manter o equilíbrio. Fala, também, que aumentou o endividamento, sim, aumentou o endividamento feito e que é conhecido de todos e foi aprovado na Assembleia Municipal o endividamento feito para investimento, é um facto, aumentou. Também é bom que tenhamos em conta que, no global, o endividamento tem diminuído consistentemente ano após ano, nestes últimos dez anos. O valor da dívida quer total quer a dívida a longo prazo bancária, o Sr. Deputado sabe tão bem ou melhor do que eu, são valores bastante enquadráveis, eu diria até, relativamente baixos do que é a estrutura da Câmara Municipal e o seu orçamento municipal. Respeito a perspectiva, mas, tenho de discordar declaradamente da posição que assume de voto contra porque nas circunstâncias que referi e, relativamente às condições de exercício em apreço de 2023, com estas características parece-me, claramente, que apresentar estes dados financeiros nas suas diferentes dimensões sejam orçamental, financeira ou patrimonial, são a vários títulos bastante positivos. Referiu os apoios sociais diretos e indiretos, com uma transferência para entidades sem fins lucrativos, num valor superior a um, vírgula dois milhões de euros, traduz na prática o que são os diferentes apoios e a perspectiva de intervenção social que o município tem vindo a alargar no concelho. Sobre a questão concreta dos resultados da APIN, de facto tem uma deterioração e relativamente ao processo de saída do Município de Penacova

APX  
ch  
Pr





e as suas respetivas implicações, aguardemos a concretização da sentença. Relativamente ao tarifário social de autoconsumo, é sempre assim. O município já assumia o tarifário social e o autoconsumo, quando era gestor diretamente." Em suma, destacou que os dados mais importantes constantes da prestação de contas são: Do Balanço: - Total do Ativo – EUR: 66 978 522,66 €; - Total do Património Líquido – EUR: 60 769 192,13 €; - Total do Passivo – EUR: 6 209 330,53 €; Da Demonstração de Resultados, por Natureza: - Total de Gastos e Perdas – EUR: 17 420 253,54 €; - Total de Rendimentos e Ganhos – EUR: 16 321 013,54 €; - Resultado Líquido do Exercício – EUR: - 1 099 240,00 €; Da Demonstração de Desempenho Orçamental: - Recebimentos – EUR: 19 250 695,71 €; - Pagamentos – EUR: 18 185 984,03 €; - Saldo da Gerência Anterior (saldos iniciais do desempenho orçamental) – EUR: 1 976 124,98 €, dos quais EUR: 1 628 118,15 € respeitam a operações orçamentais e EUR: 348 006,83 € as operações de tesouraria. - Saldo para a Gerência Seguinte (saldos finais do desempenho orçamental) – EUR: 1 414 223,40 €, dos quais EUR: 1 064 711,68 € respeitam a operações orçamentais e EUR: 349 511,72 € respeitam a operações de tesouraria. -----

Colocada à votação a prestação de contas individuais do Município relativas ao ano financeiro de 2023, foi aprovada por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS, 8 (oito) votos contra da Coligação "É Hora de Mudar" – PPD/PSD-CDS/PP e 1 (uma) abstenção do Bloco de Esquerda. -----

**PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**3** - Apreciação e votação da proposta de autorização de repartição dos encargos associados à contratação do empréstimo a médio e longo prazos no montante de EUR: 481.785.03 €, destinado a financiar o investimento elegível não participado dos prejuízos causados pelas cheias e inundações de janeiro de 2023 ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros nº 12-B/2023, de 12 de janeiro" – retificação da ordem de trabalhos e da ata da sessão da assembleia municipal de 21-02-2024. (doc. nº 4 (quatro)). -----

AX  
 cf  
 g



**A Senhora Presidente da Mesa**, esclareceu que foi verificado um lapso num número, não é EUR: 481.787.03 €, conforme constava na anterior Ordem de Trabalhos de fevereiro, mas sim, EUR: 481.785.03 €. Acrescentou, ainda, que este ponto tinha sido aprovado por unanimidade e por isso, a fim de não causar constrangimentos propõe à assembleia a retificação deste valor a fim de constar em ata.-----

Sem inscrições e/ou pedidos de elucidação, foi colocada à votação da Assembleia Municipal a retificação deste ponto, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

**PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS:**-----

**4** – Designação de um Presidente de Junta de Freguesia eleito, em assembleia municipal, em representação das freguesias do município, de acordo com o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 23/2019 de 30 de janeiro, a fim de integrar o Conselho Municipal de Saúde.

**A Senhora Presidente da Mesa** informou que existe uma proposta dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, com a indicação do nome da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Louçã e Vilarinho, Helena Correia, que será votada nominalmente, em urna. -----

Contados os votos a proposta de designação de um Presidente de Junta de Freguesia eleito, em assembleia municipal, em representação das freguesias do município, de acordo com o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 23/2019 de 30 de janeiro, a fim de integrar o Conselho Municipal de Saúde foi aprovada com 23 (vinte e três) votos a favor e 2 (duas) abstenções.

AGX  
 CP  
 Qu



**A Senhora Presidente da Mesa** endereçou votos de sucessos e felicidades à **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Louçã e Vilarinho**, Helena Correia, pela sua integração para este Concelho Municipal da Saúde. -----

**A Senhora Presidente da Mesa** colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE quando estavam presentes na sala vinte e cinco elementos. -----

Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todas as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos. -----

A Presidente da Mesa,

Ana Ferreira

O 1.º Secretário,

Orlando Ferreira

A 2ª Secretária,

Maria Aldina Martins

